

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

História, memória e usos políticos da Guerra do Paraguai na imprensa:
o Jornal do Brasil na década de 1960

Beatriz Barbosa Bender

Pelotas, 2021

Beatriz Barbosa Bender

**História, memória e usos políticos da Guerra do Paraguai na imprensa:
o Jornal do Brasil na década de 1960**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
História.

Orientador: Jonas Moreira Vargas

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B458h Bender, Beatriz Barbosa

História, memória e usos políticos da Guerra do Paraguai na imprensa : o Jornal do Brasil na década de 1960 / Beatriz Barbosa Bender ; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2021.

60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Guerra do Paraguai. 2. Centenário. 3. Memória. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 989.20541

Beatriz Barbosa Bender

História, memória e usos políticos da Guerra do Paraguai na imprensa:
O Jornal do Brasil na década de 1960

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

.....
Profa. Dra. Alessandra Gasparotto
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Para todas as pessoas comuns que leram o
Jornal do Brasil em 1965 e (espero) riram tanto
quanto eu percebendo a importância de uma
camisola.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, pela urgência, agradeço ao meu orientador, Jonas Vargas que pagou um bocado de pecados me aguentando nessa trajetória. Obrigado por me guiar, instruir e relevar meus atrasos. Além de mestre tu és uma pessoa ótima, Jonas.

Quanto aos demais professores incríveis que eu tive o privilégio de ter contato, preciso agradecer ao Fernando Camargo em especial, tu fostes o de mais humano que a academia me mostrou.

Um obrigado mais do que especial aos amigos que a graduação me trouxe. Alesi, por ter sido o primeiro e mais fiel; Franc, por acompanhar meus surtos, brigar nos trabalhos e, mesmo assim, estar sempre ao meu lado (mesmo que emburrado de braços cruzados na COOESC); Jessica e Edward, vocês me acolheram quando literalmente eu não sabia para onde ir, obrigada!; Tatiana, por ser incrível; Lucas, por ter paciência comigo durante todo esse tempo; Cássio, Márcia, Janaína, Lin e Míriam, o que seria da minha graduação sem vocês?

Ao meu namorado, Thiago, por ser exatamente quem é.

À minha mãe e meus irmãos que acreditaram sempre em mim. Um super obrigado à Elena por entender (quase) todas às vezes que eu disse que não podia brincar porque estava estudando. Amo vocês.

Ao meu pai, que acreditava que eu estava desperdiçando meu futuro cursando História, mas que no final das contas, eu sei que estaria feliz e orgulhoso por estar me formando.

*“Ao meu passado, eu devo o meu saber e a minha
ignorância, as minhas necessidades, as minhas
relações, a minha cultura e o meu corpo”¹*

¹ VIVER sem tempos mortos. Com Fernanda Montenegro. Direção de Felipe Hirsch. Rio de Janeiro: Projeto Caminhos da Liberdade, 2009. (70 min.). Texto a partir das correspondências de Simone de Beavouir para Jean-Paul Sartre.

Resumo

BENDER, Beatriz Barbosa. **História, memória e usos políticos da Guerra do Paraguai na imprensa**: o Jornal do Brasil na década de 1960. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A Guerra do Paraguai se caracterizou como o maior conflito bélico da América Latina, ocorrendo entre os anos de 1864 e 1870. Após cem anos de seu término o Brasil se encontrava envolto à ditadura civil-militar de 1964 e o Paraguai sendo governado por outro ditador, Stroessner. O presente Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a corroborar com a compreensão de como se sucedeu o centenário do conflito, buscando entender suas lembranças e esquecimentos. Para tal, em um primeiro momento foram expostas as diferentes historiografias sobre o tema; logo após, um balanço bibliográfico acerca dos festejos no imediato pós-conflito, do cinquentenário e dos 150 anos da Guerra, foi analisado; e, por fim, através de análises de fontes oriundas do Jornal do Brasil, foi percebido que o governo brasileiro na década de 1960 não teve a intenção de incentivar comemorações do centenário. A partir desta primeira análise, foram abordados dois outros momentos na década de 1960 que se referiram à Guerra do Paraguai com destaque: o caso da censura do samba-enredo do Império Serrano e o debate sobre a devolução da camisola do Solano Lopez. Por fim, verificou-se que, além do governo brasileiro não estar disposto a fomentar os problemas referentes às relações internacionais entre os dois países, chamar atenção para a Guerra no Paraguai certamente culminaria em reflexões que não eram de interesse do governo ditatorial, pois poderiam contribuir com um revisionismo historiográfico muito crítico para com o Exército brasileiro e o Ditador Solano Lopez.

Palavras-chaves: Guerra do Paraguai. Centenário. Memória.

Abstract

BENDER, Beatriz Barbosa. **História, memória e usos políticos da Guerra do Paraguai na imprensa: o Jornal do Brasil na década de 1960.** 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

The Paraguayan War characterizes as one of the largest military conflicts of Latin America, taking place between the years 1864 and 1870. After a hundred years of its end, Brazil was involved in the civil-military dictatorship of 1964 and Paraguay was being ruled by another dictator, Stroessner. The current Completion of Course Work proposes to corroborate the comprehension of how the centenary of the conflict occurred, seeking to understand its remembrances and oblivions. For such, in a first moment, the different historiographies on the theme were exposed; soon after, a bibliographic review about festivity in the immediate post-conflict, from the 50th and the 150th anniversaries of the War, was analyzed; and, at last, through analysis of sources from the *Jornal do Brasil* ("Brazil Newspaper"), it was noticed that the Brazilian government in the decade of 1960 had no intention of encouraging the celebration of the centenary. From this first analysis, two other moments from the decade of 1960 that prominently referred to the Paraguayan War were approached: the case of censorship of the samba-enredo from Império Serrano and the debate on the devolution of Solano Lopez's nightgown. Finally, it was verified that, beyond the Brazilian government not being willing to promote problems referring to the international relations of both countries, drawing attention to the War in Paraguay would certainly culminate in reflections that were not in the dictatorial government's interest, as it decided to contribute with a very critical historiographical revisionism towards the Brazilian Army and the Dictator Solano Lopez.

Keywords: Paraguayan War. Centenary. Memory.

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 10 |
| 1. Historiografia, um campo de disputa | 15 |
| 2. “O passado é a referência que projeta”: o lembrar e o esquecer | 22 |
| 3. Centenário da Guerra do Paraguai: a ausência | 35 |
| 3.1 – Estudo de caso: a censura do samba-enredo e a camisola de Solano Lopez..... | 42 |
| Considerações finais | 56 |
| Referências | 58 |

Introdução

Em conjunturas políticas tensionadas, a história se destaca por seu poder de memorar e/ou esquecer. O exemplo mais emblemático da atualidade possivelmente seja o episódio dos *Vikings* supremacistas que invadiram o Capitólio com a intenção de não permitir o reconhecimento da vitória de Joe Biden para a presidência dos Estados Unidos da América em janeiro de 2021, após uma campanha conturbada entre o democrata e o republicano Donald Trump. No Brasil, estudos como o de Luiz Guerra (2021) sobre os usos da temática medieval na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representam a importância dada as apropriações da história – na maioria das vezes, não científica – por grupos políticos afim de alicerçarem seus discursos em signos que evocam imaginários.

A temática medieval não é a única utilizada ao longo da história do Brasil como forma de justificar ou condenar projetos políticos. Neste sentido, o presente trabalho tem a intenção de apresentar um breve panorama acerca da historiografia da Guerra do Paraguai e as comemorações do conflito ao longo dos 150 anos posteriores – dando ênfase aos cinquenta, cem e cento e cinquenta anos do conflito – de modo que possa corroborar para a compreensão dos motivos pelas quais a memória social do conflito é evocada ou silenciada em momentos de efeméride.

A Guerra do Paraguai se caracterizou por ser o maior conflito bélico da América Latina, tendo ocorrido entre os anos de 1864 e 1870. Muitas revisões historiográficas surgiram ao longo dos séculos subsequentes motivados por interesses sociopolíticos e, no final do século XX, pelo rigor científico. O primeiro capítulo deste trabalho tem a intenção de dar conta dos aspectos mais importantes acerca do assunto, apresentando a historiografia tradicional, originada logo após o término da Guerra, e demonstrando como ela estava intimamente ligada à necessidade de afirmação e justificativa da atuação do Império no Paraguai. Posteriormente, é abordada a primeira e tímida revisão sobre a historiografia anterior, iniciada no fim do século XIX, e liderada por positivistas republicanos que questionavam a atuação do Império no conflito; pouco depois, ainda no início do século XX surge com destaque a revisão de O'Leary no Paraguai, o qual põe a figura de Solano Lopez em destaque como

um grande líder e herói de guerra. Futuramente, essa se tornou a história oficial da nação guarani. Nas décadas de 1960 e 1970, Leon Pomer e Julio José Chiavenatto são os grandes responsáveis pela historiografia revisionista, a qual culpabilizou a tríplice aliança pelo conflito e alicerçou esta perspectiva em uma narrativa emocional, afirmando a interferência imperialista britânica no conflito. Por fim, há a historiografia liderada por Luiz Alberto Moniz Bandeira e Francisco Doratioto, originada pelos fins do século XX e, agora, fundamentada empiricamente.

No segundo capítulo há o esforço de compreender a memória, mas, acima de tudo, o esquecimento consciente de fenômenos políticos. Através de leituras – infelizmente básicas, mas precisas – de trabalhos que se debruçam sobre a relação entre a memória e a história, em suma, a memória foi entendida como um fator dinâmico que sofre pressões externas e, com isso, é expressa de modos distintos devido aos fatores sociais, espaciais e temporais. Através disso, foi analisado os festejos e comemorações da Guerra, ou seja, os dizeres e os silêncios, de momentos específicos, sendo eles: o fim do conflito em 1870, o marco de 50 anos na década de 1920 e, por fim, seus 150 anos já no ano de 2020. Para tal, autores como Hendrik Kraay, Marcelo Santos Rodrigues, Ana Paula Squinelo e Jérri Roberto Marin foram de suma importância.

Por fim, o terceiro capítulo representa uma tentativa e um anseio, isso se dá devido ao fato de que não foram encontradas nenhuma pesquisa que se debruçasse acerca do tema. O foco principal do trabalho é analisar, através de periódicos, a memória e o silêncio que marcaram o centenário da Guerra do Paraguai e sua (não) comemoração. O recorte temporal empregado compreendeu toda a década de 1960 e o ano de 1970, enquanto o recorte geográfico foi o Estado do Rio de Janeiro, por conta dos jornais pesquisados. Através de uma análise dos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e dos resultados obtidos na busca das palavras-chaves “Guerra do Paraguai” e “Centenário”, entre outras, foi escolhido um único periódico devido as limitações desta pesquisa, este sendo o “Jornal do Brasil”.

Para tal, Tania Regina de Luca (2008) foi utilizada para dar suporte metodológico ao trabalho. A autora destaca que a fonte impressa passou por um longo processo de crítica historiográfica até que a mesma fosse amplamente utilizada por historiadores. Luca destaca que o mesmo ocorreu devido a herança

tradicional de história, para a qual, a fonte deveria ser neutra, verdadeira e objetiva, adjetivos que não se encaixam em nenhum periódico. Contudo, após a ampliação dos campos da história, até então servindo unicamente às perspectivas econômicas e políticas, passou-se a ampliar igualmente as percepções do que são, de fato, fontes históricas.

Sobre a imprensa, Tania de Luca afirma que o autor José Honório Rodrigues em 1968 já destacava a necessidade de se perceber o periódico como uma fonte tendenciosa, de modo que não se pode apenas narrar os artigos dos periódicos como verdadeiros ou, em palavras mais alinhadas ao campo da História, isentos de intenções. Luca também considera que, atualmente, é necessário destacar que a imprensa não é apenas um veículo de informações de seu tempo, mas sim, um instrumento de manipulações de interesses e de propagação de culturas de massas. Assim sendo, ao trabalhar com a imprensa deve-se tomar algumas precauções, tais como identificar o grupo responsável pela linha editorial, quem são seus colaboradores, atentar-se a forma que se dá o título e corpo textual da matéria. Através destes pressupostos, pretende-se – ao pesquisar o Jornal do Brasil na Hemeroteca Digital Brasileira – analisar quais são os discursos desses jornais, quem são seus patrocinadores, qual o público destinado, como se dá a sua publicidade, bem como o seu posicionamento político em geral, de modo que, ao encarar as notícias e as colunas em suas páginas, se tenha a competência de perceber suas intenções.

Com isso, é necessário afirmar que o Jornal do Brasil é um periódico carioca diário fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Após quase cento e dezenove anos de atuação, e depois de passar por outros proprietários, o periódico deixou de ser impresso em 31 de agosto de 2010, devido a uma grave crise financeira, passando a atuar apenas em meios digitais².

Em sua gênese, o Jornal do Brasil era monarquista. Fundado por grupos ligados à monarquia que reivindicavam o chamado de uma assembleia constituinte para decidir os rumos do país após a Proclamação da República,

² As informações que se referem sobre o Jornal do Brasil foram extraídas de: BRASIL, Bruno. **Jornal do Brasil**. 2015. Artigo informativo disposto no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Consultado no dia 07.11.2021.

assim sendo, o Jornal do Brasil se originou como um periódico de oposição. Além de sua atuação política, pequenos problemas cotidianos do Rio de Janeiro eram abordados diariamente no periódico, tais como melhoramentos de infraestrutura urbana e questões de saúde pública.

Apesar se seu início moderado, após a morte de Dom Pedro II, em dezembro de 1891, Joaquim Nabuco aumentou o tom de suas críticas contra republicanos o que culminou na invasão de depredação das oficinas do Jornal ainda em 1891. Devido ao ocorrido, seus criadores Dantas e Nabuco, se desligaram – temporariamente – do periódico. Após a venda do periódico para grupos ligados à Rui Barbosa, o Jornal do Brasil passou ser republicano. Rui Barbosa atuava politicamente através das páginas do Jornal e atacava diretamente Floriano Peixoto e, durante a Revolta da Armada

Mesmo decretado o estado de sítio, com suspensões de garantias individuais e da liberdade de imprensa, o JB era o único jornal da capital que noticiava a revolta, na coluna “O dia de ontem”. (BRASIL, 2015)

Com isso, houve uma invasão militar ao Jornal e sua suspensão foi decretada. Em outubro de 1894 o periódico foi comprado e, com isso, iniciou uma nova fase na qual na qual se mostrou defensor da legalidade, se voltando ainda mais para questões do cotidiano do Rio de Janeiro. No início do século XX o caráter informativo do periódico se sobrepôs sobre as colunas de opinião e, em 1919 há uma nova mudança na direção do Jornal devido a dificuldades financeiras. Sob a nova direção, o jornal permaneceu moderado e apresentando neutralidade política. Apesar de apoiar algumas candidaturas após as eleições o Jornal não se apresentava como ferrenha oposição de nenhum político, com exceção do início dos anos de 1930, quando teve problemas com Vargas. Segundo Bruno Brasil,

Com a sua reformulação, sem deixar de ser um jornal liberal-conservador de ênfase católica e defensor da Constituição e da iniciativa privada, o Jornal do Brasil firmou-se como uma grande empresa e passou a ocupar uma posição privilegiada na imprensa carioca, ganhando peso na formação da opinião pública nacional e inspirando a reformulação gráfica e editorial de diversos outros jornais brasileiros. (BRASIL, 2015)

O ano de 1960 iniciou com o Jornal do Brasil defendendo a legalidade na sucessão do governo federal, após a renúncia de Jânio Quadros. Posteriormente, foi apoiador moderado de João Goulart até que rompeu com o governo devido ao fracasso do Plano Trienal e as inclinações de Goulart para à esquerda, o que culminou no apoio a uma intervenção militar. O golpe civil-militar de 1964 foi aceito pelo periódico e o mesmo apoiou o governo do ditador Castelo Branco. Contudo, se afirmou contrário à Costa e Silva e repudiou o Ato Institucional número 5 – principalmente devido a institucionalização da censura. Com Médici, o Jornal voltou seu apoio ao governo, mas,

Ainda que a linha editorial do Jornal do Brasil exercesse apoio ao regime militar, as colunas assinadas por Alceu de Amoroso Lima (com o pseudônimo de Tristão de Athayde) e por Carlos Castello Branco veiculavam críticas à ditadura, mesmo durante os períodos de maior repressão e censura. (BRASIL, 2015)

Durante o governo de Geisel o Jornal passou a defender a reabertura política e, com isso, sofreu devido a estratégias de sufocar economicamente o periódico. Após a retomada da democracia, o Jornal do Brasil se mostrou sempre à direita do espectro político, mantendo posições conservadoras e liberais quanto à economia, apoiando Fernando Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso.

Assim sendo, trata-se de um Jornal de longa existência na história da imprensa brasileira. Coletamos notícias de apenas uma determinada época e sobre um tema específico. Tendo em visto o apoio do periódico à Ditadura Militar, acreditamos que ele enalteceria e promoveria toda e qualquer celebração relativa ao centenário da Guerra do Paraguai organizado pelo governo. Portanto, a ausência de tais comemorações, algo que será analisado no capítulo terceiro, problematiza as considerações realizadas nos capítulos um e dois, uma vez que a memória e a história da Guerra sempre se constituíram (e se constituem) em um evento cuja narrativa histórica continua em disputa.

1. Historiografia, um campo de disputa

A quatro meses do fim da guerra civil americana iniciou-se outro conflito bélico de expressão no continente Americano. Este, de caráter internacional e fruto de relações históricas, políticas, econômicas e territoriais incertas na região do Prata, irrompeu em dezembro de 1864 e teria seu fim apenas cinco anos à frente. Refere-se a Guerra do Paraguai.

Ao longo dos séculos subsequentes a esse conflito, inúmeras interpretações surgiram no intuito de explicá-lo, estas, estando cada uma inserida em contextos históricos e políticos únicos, logo, motivadas por interesses também únicos³. Seu próprio nome é tema de controvérsias. Alguns autores utilizam Guerra do Paraguai, enquanto outros fazem uso de Guerra da Tríplice Aliança, Guerra contra o Paraguai e até mesmo Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, todos estes possuindo significados e, o mais importante, intenções distintas.

A primeira corrente historiográfica surgiu ainda no curso do conflito e se estendeu mesmo depois de seu fim. Denominada posteriormente como tradicional, se caracterizou por seu forte viés patriótico no qual exaltou os então tidos “heróis nacionais”, dentre eles Duque de Caxias e General Osório. Deve-se ressaltar que neste momento que a escrita histórica ainda se caracterizava, de modo geral, pela exaltação de *grandes homens*, estes sendo pessoalmente responsáveis pelas transformações históricas, esta característica se transformou lentamente de acordo com as novas perspectivas teóricas no campo da ciência histórica ao longo das próximas décadas. Com isso, do mesmo modo que as figuras de militares brasileiros foram exaltados, Solano López, o então ditador paraguaio, foi tido como pessoalmente responsável pelo conflito, havendo uma forte demonização do mesmo, ou seja, de acordo com essa corrente historiográfica, o processo que culminou no início da guerra teria gênese na vaidade pessoal de Solano Lopez, que no primeiro momento do conflito foi tido

³ Cabe neste momento ressaltar que correntes historiográficas diversas se desenvolveram de modos distintos nos países que protagonizaram o conflito, este trabalho tendo a limitação de exemplificar apenas as mais relevantes de e para as pesquisas brasileiras acerca do tema.

como um tirano ambicioso e, no decorrer da guerra, adjetivos como sanguinário e assassino foram utilizados para denomina-lo⁴.

Essa corrente utilizou como principal fonte os depoimentos e escritos dos generais participantes da guerra, contudo, não demonstrou a criticidade necessária para tal, apenas absorvendo os depoimentos como verdade. Sua principal falha estaria justamente em sua análise demasiadamente oficialista e nacionalista dos acontecimentos, de modo que não foi apresentada nenhuma crítica ou problematização acerca das atuações do império brasileiro e de seus representantes na linha de front, como salienta Doratioto:

Ficou claro que, desde o final da guerra, em 1870, a historiografia tradicional reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano López e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas a atuação de chefes militares brasileiros no conflito. (DORATIOTO, 2002, p.18)

A principal função política deste viés historiográfico está na afirmação e justificativa das ações do Império na guerra, bem como a ideia de unificação nacional e inimigo em comum evocada.

No Brasil, a primeira transformação quanto a perspectiva apresentada acima se deu após a queda da monarquia e a instituição da República em 1889, pois com ela surgiu uma nova roupagem às percepções sobre o conflito. Presidida por intelectuais positivistas, os mesmos foram os primeiros a contestarem a responsabilidade de Solano López pelo conflito, a relegando as ações da Monarquia, pois “a participação brasileira em um projeto republicano de integração continental exigia, porém, ‘resolver’ a questão da Guerra do Paraguai” (DORATIOTO, 2002, p.86). Para explicar essa premissa o autor cita a hipótese levantada por Francisco Alambert de que, ao introduzir a teoria positivista ao contexto brasileiro, houve um novo folego da perspectiva universalista da mesma, de modo que a América Latina foi pensada como um todo. Ao exemplificar a importância do movimento positivista na revisão da historiografia tradicional Doratioto destaca que

Por volta de 1891 os positivistas organizaram, no Rio de Janeiro, a Comissão Benjamin Constant. Sua finalidade era defender a devolução ao Paraguai dos troféus conquistados pelo Império no conflito de 1865-

⁴ Para uma análise dessas perspectivas ver DORATIOTO 2002.

1870, bem como a de obter o perdão da dívida de guerra paraguaia para com o Brasil. Essa entidade era ativa, tendo, ademais, caráter revisionista ao enaltecer Francisco Solano López. (DORATIOTO, 2009, p.5)

Inúmeros debates sobre o conflito foram travados entre os saudosos monarquistas e os positivistas republicanos, contudo, devido ao passar das décadas e o falecimento das lideranças positivistas, o movimento sofreu forte enfraquecimento de modo que a historiografia tradicional sobre a guerra se perpetuara sem mais grandes embates ideológicos, se fortalecendo ainda mais com as publicações de Augusto Tasso Fragoso, na década de 1930.

Esta não foi, contudo, a única transformação historiográfica ocorrida nos países envolvidos no conflito nas primeiras décadas do século XX. Em 1912 Juan Emiliano O'Leary publicou *Historia de la Guerra de la Triple Alianza* o qual foi financiado por Enrique Venancio Solano López para que produzisse uma história na qual fosse possível, como descendente, requisitar os bens da família López, os quais fora desapropriado pelo Estado paraguaio após a guerra. Em outras palavras, pode-se afirmar que O'Leary é pago para construir uma narrativa que põe Francisco Solano López como um herói, o qual lutou por seu país até a morte. Esta e outras publicações de O'Leary foram os alicerces do revisionismo lopizta no Paraguai, o qual adquiriu status de história oficial do país com o ditador Rafael Franco em 1936 e posteriormente com a ascensão na década de 1950 de Alfredo Stroessner ao poder como ditador, está revisão lopizta se tornou, em palavras de Doratioto (2002) “onipresente”, de modo que intelectuais que se opusessem a mesma foram perseguidos e exilados.

Posteriormente, já na década de 1960 começam a surgir intelectuais alinhados à esquerda do espectro político, mais tarde chamados de revisionistas, que não mediram esforços para revelar um Paraguai totalmente distinto do que foi exposto e salientado pelo viés tradicionalista e deram um passo além ao revisionismo de O'Leary. Com eles, Solano Lopez deixou de ser visto como um tirano, passando a ser então caracterizado como um político progressista, bem como o Paraguai passou a ser expresso como um país republicano próspero, na qual possuía um desenvolvimento econômico e social autônomo. Segundo Jonas Moreira Vargas em seu capítulo *O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai* da obra *O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do*

Brasil, a resistência de Solano Lopez, que lutava contra o imperialismo inglês escrachava a submissão da burguesia portenha argentina e da monarquia brasileira aos britânicos.

O país derrotado passou a ser apresentado como uma próspera república portadora de uma via original e autônoma de desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, a resistência de Lopez ao imperialismo inglês opunha-se à subserviência da burguesia portenha e da monarquia brasileira – fiéis aliadas dos britânicos. (VARGAS, 2010. p.123)

Paralelamente, ocorreu uma inversão dos papéis anteriormente postos, pois o Brasil que era até então tido como “herói” passou a ser considerado o grande vilão e em contrapartida o Paraguai deixou a posição de culpado para então ser visto como a grande vítima do conflito.

Para entender tal guinada historiográfica é necessário compreender que essa interpretação se alinhava as necessidades do contexto histórico no qual foi escrita, ou seja, ligadas aos projetos político-ideológicos pertencentes às tensões originadas pelas ditaduras instauradas no cone-Sul, servindo-as ambigualmente pois, ao mesmo tempo que amparava historicamente os defensores de propostas de desenvolvimento nacionalista e anti-imperialista, servia igualmente aos governos ditatoriais, que passaram a ver Solano Lopez como um grande estadista e chefe militar.

Léon Pomer – historiador argentino – foi o grande precursor desta linha historiográfica e foi o mesmo que levantou a hipótese da influência do imperialismo britânico, bem como coloca os fatores econômicos como sendo o cerne do conflito. Em sua obra *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado Pomer*, o autor afirma que a grande causa do conflito teria sido a necessidade de

[...] estruturar nessa parte do mundo, um sistema econômico-político de relações e dependências em função dos interesses das grandes potências “centrais”, das quais a Grã Bretanha é inquestionavelmente a principal. (POMER, 1984. p. 30).

Ao expor sua hipótese, o autor afirma que a intervenção da Grã Bretanha no Prata se deu devido a três fatores principais, o primeiro seria o almejo de abertura de um mercado consumidor para seus produtos industrializados;

segundo, a necessidade da Inglaterra de conquistar um novo fornecedor de matéria prima para sua indústria têxtil; e por fim, a necessidade de aniquilar qualquer estratégia de crescimento que não necessitasse de recurso capitalista estrangeiro. Francisco Doratioto é incisivo ao expor que

Esses argumentos não se sustentam fatorialmente. O mercado consumidor paraguaio era diminuto, pela falta de poder aquisitivo da população e, ainda assim, aberto a importações. Quanto ao algodão, a Guerra do Paraguai se iniciou quando a luta norte-americana já terminara sem que, durante os quatro anos desse conflito a Grã-Bretanha tivesse tomado qualquer iniciativa para obter algodão paraguaio. Além disso, desde 1860, a compra de algodão no Egito atendia as necessidades da indústria têxtil britânica. (DORATIOTO, 2002, p. 87)

A perspectiva de que o Paraguai se constituía como uma república progressista que não necessitava de intervenção imperialista para seu crescimento fazia um paralelo com a Revolução Cubana que acabara de ocorrer na década passada e a qual ainda estava muito presente no imaginário político, de ambos os espectros políticos. Sobre o tema, Doratioto também é cirúrgico ao afirmar que

É fantasiosa a imagem construída por certo revisionismo histórico de que o Paraguai pré-1865 promoveu sua industrialização a partir 'de dentro', com seus próprios recursos sem depender dos centros capitalistas, a ponto de supostamente tornar-se ameaça aos interesses da Inglaterra no Prata. Os projetos de infra-estrutura guarani foram atendidos por bens de capital ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica. (DORATIOTO, 2002, p.30)

No Brasil, o revisionismo insurgiu-se com a publicação em 1979 da obra *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai* do jornalista Julio José Chiavenatto. Chiavenatto desenvolveu uma narrativa dramática e apaixonada das ideias publicadas por Leon Pomer em sua obra *La Guerra Del Paraguay: Gran Negocio!* lançado em 1968 na Argentina e ainda não publicado no Brasil.

Atualmente, ambas as vertentes expostas acima são consideradas simplistas e, sem muito esforço, são relativizadas através de estudos mais aprofundados dos temas, isso se deve ao fato de não apresentarem sustentação empírica. Com isso, nas décadas de 1980 e 1990 surge uma nova corrente historiográfica na qual o seu grande diferencial foi agregar novas metodologias

de pesquisa em acervos documentais de fontes primárias, deste modo, os autores desta vertente passaram a compreender a gênese da Guerra do Paraguai através do contexto político de cada um dos países envolvidos e suas respectivas relações de interesse com a região do Prata.

Luiz Alberto Moniz Bandeira com seu trabalho publicado em 1985 foi o pioneiro quanto à nova historiografia, contudo, o autor que se destacou mais pela densidade e responsabilidade empírica foi Francisco Doratioto, ao publicar, em 2002, *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, no qual apresenta além de um trabalho bastante amplo sobre o conflito uma teia de críticas acerca das correntes historiografias anteriores

Na verdade, tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar o documento e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada. Para uma análise mais precisa das origens e do desenrolar da guerra faltaram à historiografia conservadora, devido à época de seu surgimento, conhecimento metodológico e, mesmo, documentação acessível ao pesquisador. Dessas atenuantes, porém, não se beneficia o revisionismo, em sua vertente antiimperialista, que tem a explicá-lo o momento histórico em que foi gerado e se desenvolveu, nas décadas de 1960 a 1980, quando as sociedades desta parte da América do Sul viviam sob ditaduras militares, que, apesar de castradoras das liberdades civis, reivindicavam para si a defesa do pensamento liberal. [...] Contudo, continuar a defender, hoje, essa interpretação somente pode ser resultado da ignorância histórica ou, então, da natural dificuldade de se reconhecer errado. (DORATIOTO, 2002. p. 20)

O autor destaca que a origem na guerra deve ser percebida através de análises dos conflitos que fizeram parte do processo de construção dos estados nacionais no Rio da Prata e não mais buscar justificativas externas de modo que expõe que a Guerra do Paraguai foi, em suma, o resultado do processo de construção e consolidação dos Estados nacionais pertencentes a região do Rio da Prata (DORATIOTO, 2002, p.23).

De modo que as publicações de Doratioto não sejam percebidas de forma isolada, cabe citar que ao longo da década de 1990 até os dias atuais, diversas publicações que se aliam historiograficamente com essa nova corrente emergiram. Dentre os principais autores podemos citar Ricardo Salles (1990), Alfredo da Mota Menezes (1998, 2012) e Ana Paula Squinelo (2002), Vitor

Izecksohn (2002), Wilma Perez Costa (1996), André Toral (1999), dentre muitos outros.

2. “O passado é a referência que projeta”⁵: o lembrar e o esquecer

Densos estudos já foram produzidos acerca das relações – vezes próximas, vezes distante – entre a memória e a história. Muitos teóricos se debruçaram sobre essa temática após a área dos estudos históricos tomar fôlego com novas perspectivas teóricas e metodológicas oriundas de correntes historiográficas francesas surgidas após a segunda metade do século XX, de modo que o interesse sobre os eventos e fatos históricos foi superado pelo interesse pelos processos históricos e seus agentes.

Alguns nomes precisam ser destacados quanto aos caminhos teóricos empregados neste trabalho, dentre eles se encontram Henry Rousso (2006) o qual defendeu que a história da memória tem sido a atenção empregada por historiadores sobre temas sensíveis das sociedades; Pierre Nora (1993) que por sua vez, afirma que o grande diferencial deste viés historiográfico está na nova percepção do historiador sobre a memória, não mais a percebendo como uma recordação, essencialmente estática, mas como um fator que possui mobilidade e exerce transformações, de modo que age no presente através do passado; George Duby (2011) que apresentou algumas das dificuldades intrínsecas encontradas pelo historiador ao tratar de memória, pois, o ofício da profissão está em compor uma imagem apenas com fragmentos da mesma, de modo que as lacunas são preenchidas muito mais com o presente do que com o passado; por fim, a perspectiva que mais se aproxima dos objetivos deste trabalho é expressa por Peter Burke (2000), que cunhou o conceito específico de *história social do lembrar* para explicar de que maneira a memória social varia, seja através de grupos sociais ou temporalidades.

A produção historiográfica a respeito das relações entre memória e história é vastíssima e impossível de ser aprofundada nesse trabalho. Contudo, através das perspectivas oriundas dos longos caminhos teóricos percorridos pelos autores acima, trataremos a memória como objeto e, ao assimilar que a memória como essencialmente coletiva (HALBWACHS, 1990) e que para além de um produto é um fator maleável que sofre com pressões externas, buscamos

⁵ VIVER sem tempos mortos. Com Fernanda Montenegro. Direção de Felipe Hirsch. Rio de Janeiro: Projeto Caminhos da Liberdade, 2009. (70 min.). Texto a partir das correspondências de Simone de Beauvoir para Jean-Paul Sartre.

analisar e interpretar os dizeres e os silêncios políticos acerca dos festejos e comemorações da Guerra do Paraguai em diferentes momentos chaves, sendo eles: o fim do conflito em 1870, o marco de 50 anos na década de 1920 e, por fim, seus 150 anos já no ano de 2020.

Referente aos festejos pelo fim da Guerra em 1870, Hendrik Kraay (2017) não pode ser esquecido. O autor afirma haver dois tipos de festejos neste momento, as festas cívicas e a oficial, as quais ambas necessitam de um olhar crítico do historiador para identificar as dimensões políticas das mesmas, de modo a compreender a narrativa as quais as envolvem. Esse trabalho necessita de atenção especial devido ao fato de que as principais fontes para o estudo dos casos são periódicos, que eram dominados pela política partidária e escritos em primeira mão por figuras políticas dos partidos conservador e liberal.

Kraay destaca que as festas da população civil durante o Império eram sempre políticas pois se apresentavam como um verdadeiro palco para disputas ideológicas de modo que, desde as motivações para as comemorações até o financiamento e organização das mesmas, eram contestados e debatidos por rivais partidários. Para além, Hendrik destaca que “Através da discussão sobre os que participavam das festas, debatia-se a natureza da nação brasileira e, por vezes, revelava-se a participação de um amplo leque da população urbana na política.” (KRAAY, 2017, p. 179), deste modo o autor trás à luz o fato de que os festejos eram uma oportunidade para que diferentes extratos das populações urbanas pudessem se manifestar politicamente e, assim, corroborar com a vida política no Império.

A grande diferença entre os festejos organizados e protagonizados pelas sociedades civis e a festa oficial está em dois aspectos principais: o primeiro refere-se a espontaneidade das festas cívicas realizadas com o retorno dos batalhões de voluntários da pátria e do Conde d’Eu, no decorrer dos meses de fevereiro e março, já a festa oficial ocorreu apenas no dia 10 de julho e só se concretizou após acalorados debates; o segundo está no fato de que a festa oficial foi pensada e realizada por indivíduos que ocupavam importantes cargos no poder, ao contraponto de que as festas populares foram em grande parte espontâneas e/ou organizadas pela sociedade civil.

A partir de março de 1870 a capital do Império fora inundada com as recepções aos corpos de voluntários os quais estavam em processo de

desmobilização devido a preocupações de Dom Pedro II e do gabinete conservador. É de importante menção o fato de que a partir do ano de 1868 o Brasil fora governado pelos conservadores, com isso, Hendrik, de forma sucinta, destaca que:

Os batalhões haviam sido organizados em 1865 e 1866 por governos liberais e progressistas e, a princípio, o gabinete de 16 de julho relutava em festejar o regresso de unidades organizadas por seus rivais. Temia-se a desordem que poderia ser provocada por veteranos que haviam passado longos anos fora de casa e que teriam dificuldades em se adaptar à vida civil. Havia também preocupações com a origem social dos “voluntários”, muitos dos quais eram homens de cor recrutados à força, entre eles alguns ex-escravos (embora a maioria dos escravos recrutados em 1866 e 1867 servissem no Exército e na Marinha e não voltariam à vida civil antes de completar seu tempo de serviço de seis ou mais anos). (KRAAY, 2017, p. 181)

Após a notícia da morte de Solano López os festejos foram espontâneos, de modo que a própria população comemorou imediatamente o fim da guerra sem nenhuma organização anterior, segundo Kraay, bandas foram as ruas, fachadas foram iluminadas e a família imperial fora à sacada do Teatro de São Pedro receber as vivas da população que já lotava a Praça da Constituição. Posteriormente, ao final do mês de abril outros festejos foram realizados com o intuito de receber o Conde d’Eu, porém, desta vez fora previsto seu retorno dado o fim da guerra e, com isso, puderam ser organizados. Esta organização, contudo, não partiu do governo, sendo inteiramente uma festa popular. Hendrik destaca alguns relatos acerca da recepção de d’Eu. Dentre eles, alguns adjetivos chamam a atenção, tais como: espontânea, brilhante, caótica e entusiasmada e, em contraponto, há relatos de preocupações quanto ao surto de febre amarela trazida com os combatentes e, obviamente, transmitida nas comemorações. As comemorações que se estenderam até o mês de junho continuaram se autogerindo, sem nenhuma organização única e centralizada, salientando seus vieses bairristas. Igualmente, segundo o autor, “até meados de junho, sociedades, corporações e repartições públicas mandaram comissões ao palácio para felicitar Eu e Isabel” (2017, p.185).

Marcelo Santos Rodrigues (2009) destaca que o governo conservador apresentava cronicamente a preocupação com desordens originadas pelos soldados que sem dúvida exigiriam seus soldos atrasados e gratificações, bem como demais benesses prometidas aos voluntários que incluíam terras e cargos

públicos. Para além, não gostariam de saudar os feitos de organizações e gerais liberais. Contudo, após as festanças espontâneas de diferentes extratos da sociedade urbana e o processo de aproximação do Partido Liberal das mesmas, ao se alinharem à algumas reivindicações sociais latentes – tal como o pagamento de pensões para as viúvas e órfãs – os conservadores optaram por realizarem a festa oficial do fim do conflito.

Começaram então a organizar a festividade oficial do Estado, a qual, em um primeiro momento fora marcada para ser realizada no dia 24 de maio e, segundo Kraay demonstra em seu estudo, o projeto com orçamento de 200 contos fora apresentado no parlamento para arcar com as despesas, a qual seria gasto na construção de um templo no Campo da Aclamação que deveria contar 124 colunas para sua sustentação o qual abrigaria milhares de pessoas, na construção de três arquibancadas, nos ornamentos e no pagamentos dos músicos. No decorrer da tramitação no parlamento, o projeto fora constantemente atacado pela imprensa liberal devido ao seu grande orçamento não estar de acordo com a realidade econômica do Império, envolto por uma crise financeira oriunda da guerra e suas dívidas com os combatentes e suas famílias, para além, foi posto em cheque as intenções do governo em gastar muito em uma festividade que aparentemente se dispunha a se opor as festividades cívicas. O autor destaca que dentro da Câmara os ânimos não eram outros, apesar da pouca representatividade liberal, foi-se questionado o início das construções antes mesmo do orçamento ser aprovado.

O grande líder dos liberais, José Tomás Nabuco de Araújo, lembrou as festas populares de março e abril e se perguntou se o governo estava empenhado numa “política de diversão” para desviar a atenção das muitas necessidades do país. Os 200 contos poderiam ter sido gastos em pensões para viúvas e órfãos de soldados falecidos ou em libertar escravos. Entre muitos apoiados dos seus correligionários, Nabuco concluiu que o “barracão”, como ficou popularmente conhecido, demonstrava “glória no exterior”, mas também revelava a “decadência” e a “degradação” do sistema parlamentar sob o governo conservador. (KRAAY, 2017, p. 190)

Ao anunciarem o dia 10 de julho para a realização do festejo, a imprensa liberal acentuou suas críticas ao mesmo e convocou a população à um boicote massivo ao evento. Devido a aproximação da data, novas denúncias foram sendo feitas, principalmente direcionadas ao caráter elitista do festejo, isso se

deve ao fato de que o traje de gala exigido para frequentar a festa, bem como o preço exorbitante do ingresso para quem não havia recebido os convites.

Ainda segundo Hendrik Kraay, no dia seguinte a realização do festejo, todos os periódicos conservadores descreveram com ricos detalhes o templo e seus ornamentos, bem como afirmou o sucesso do festejo. Contrapondo-se, os jornais liberais narravam o fracasso do evento, o qual sofreu com escasso público e sua falta de animação, e, ao final, manifestações contrárias ao Ministério da Guerra.

Segundo *A Reforma*, o fracasso do festejo oficial, contraste marcante ao júbilo de março, abril e maio, foi devido aos erros do governo, seu desperdício do dinheiro público, à alegada exclusão dos Voluntários da Pátria e da Marinha da comemoração (organizada pelo Ministério da Guerra) e aos convites enviados somente aos ricos e poderosos. [...] Através da sua ausência, os cidadãos “também protestaram contra o governo, que lhes conculca a liberdade, nega-lhes justiça, pão e água, e converte o suor do povo em circenses”⁶. (KRAAY, 2017, p. 196)

O grande fracasso da festa, planejada para ser exclusiva, é bastante sintomática das tensões políticas do imediato pós-guerra, as quais geraram debates que se estenderiam nas próximas décadas. Deve-se destacar novamente que os festejos civis apontados possuíam caráter popular, muito devido ao ânimo pessoal de ter familiares e conhecidos retornando da guerra, a elite liberal demonstrou apoio às festividades e após combateu a festa oficial devido a interesses políticos próprios. Não foi o povo que apoiou os liberais, mas sim os liberais que apoiaram as festividades populares e se uniram a elas pelos meios possíveis. Kraay destaca que:

Para liberais e conservadores, a nação excluía muito mais do que incluía. O governo conservador manifestou sua visão claramente no recinto fechado construído para a festa oficial. Os liberais que falavam em nome do povo tinham uma visão mais ampla, mas ainda restrita, dele. (KRAAY, 2017, p. 198)

Esses eventos demonstram que na própria época da Guerra já havia uma disputa política por narrativas a respeito da mesma. Inclusive, os generais tinham seus respectivos partidos, o que influenciava nas críticas da imprensa e no

⁶ Fonte do autor: “A opinião”, *A Reforma*, 12 jul. 1870.

posicionamento do governo.⁷ Além das festas comemorativas, o fim da Guerra também promoveu a mudança dos nomes de diversas praças, ruas e avenidas para “Riachuelo”, “Tuiuti”, “Humaitá”, “Voluntários da Pátria”, “Duque de Caxias”, “General Osório”, entre muitos outros. Veteranos da Guerra alçaram grandes cargos políticos durante a monarquia e estavam entre os principais protagonistas do golpe republicano de 15 de novembro, como os Marechais Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Após o fim do conflito e as devidas comemorações, Mario Maestri aponta os anos de 1920 – 50 anos após o fim da guerra – como a década palco da disputa ideológica pela memória e por uma nova escrita da história da Guerra. Segundo o autor, positivistas ortodoxos foram os responsáveis pela primeira revisão, no Brasil, da história nacional-patriótica do imediato pós-guerra de 1864.

O autor aponta alguns dos pontos principais reivindicados pelos positivistas ortodoxos, os quais surgiram imediatamente após a instauração da República e se prolongaram ao longo de todo o período tido hoje como “República Velha”. Dentre eles estão:

“[...] a defesa ampla e corajosa do caráter indevido da intervenção militar do Império no Uruguai, em 1864; das boas razões da mobilização paraguaia em apoio ao Estado Oriental; do crime fratricida cometido contra o Paraguai e seu povo; da responsabilidade central de Pedro II na deflagração e continuação do conflito, mesmo após o pedido de paz paraguaio, em 12 de setembro de 1866”. (MAESTRI, 2017, p.113)

Para além, deve-se destacar que os mesmos exigiam o perdão da dívida de guerra, a devolução dos troféus, o respeito às pequenas nações e não culpabilizavam a população brasileira pela deflagração do conflito, mas sim, as classes abastadas com envolvimento e/ou poder social e econômico de movimentar os rumos do país, bem como do próprio Estado Imperial e sua elite política dirigente.

Maestri concede o título de pioneiro desta revisão para Raimundo Teixeira Mendes, um conhecido positivista que escreveu a obra *Benjamin Constant*,

⁷ Três dos principais generais no campo de batalha também eram chefes políticos de prestígio em suas províncias. Manoel Marques de Souza (Conde de Porto Alegre) pertencia ao Partido Progressista, Manuel Luís Osório (Marquês do Herval) era do Partido Liberal, e o Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) era do Partido Conservador. Sobre como a política influenciou negativamente no contexto da Guerra ver Doratioto (2002).

publicada em 1892. Neste trabalho, Mendes critica as intervenções do Império tanto no Uruguai quanto no Paraguai, bem como seus problemas de fronteira na região da Prata. Ao fazer severas ponderações acerca do Tratado da Tríplice Aliança – o qual o caracterizou de hipócrita devido a sua afirmação de que a guerra não tinha como foco o povo guarani, mas que, ao mesmo tempo, permitiu a completa destruição de seu país e de suas “instituições autônomas” (MAESTRI, 2017, p. 114) –, o mesmo defende o direito de pequenas nações não sofrerem com intervencionismos.

Desde a proclamação da república, em 1889, Benjamin Constant propôs, apoiado pelo Apostolado Positivista, a devolução dos “troféus” conquistados durante a Guerra, se alinhando deste modo aos positivistas ortodoxos os quais defendiam esta ação como uma investida frente a fraternidade universal presente na teoria positivista oriunda de Comte. Quanto ao episódio, Teixeira Mendes destaca, novamente, a hipocrisia de se guardar os troféus que simbolizavam a derrota e a dizimação do povo paraguaio. Desde então inúmeras cartilhas, panfletos e artigos foram criados com o intuito de requisitar e pressionar a devolução dos artefatos de guerra capturados pelo Exército brasileiro. segundo Mario Maestri:

Em 29 de janeiro, fundou-se o Centro Paraguaio, presidido por Leonardo S. Torrents, para defender aquelas propostas. [...] Em 16 de fevereiro de 1899, republicanos positivistas, presididos por Raul do Nascimento Guedes, fundaram a Comissão Benjamin Constant, na mesma cidade e com iguais objetivos. (MAESTRI, 2017, p. 115)

Contudo, o autor não deixa de citar que, ainda em 1899, foi fundada também no Rio de Janeiro a Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai – disposta a ser oposição aos ideais positivistas no que se referem à guerra, os acusando de serem antipatriotas, o que gerou um denso debate na imprensa da época.

Apesar das reivindicações positivistas já estarem presentes nos debates do Rio de Janeiro há quase três décadas, foi apenas em 1920, com o cinquentenário do fim do conflito, que os mesmos ganharam destaque. A década de 1920 colocou o Exército brasileiro no centro da política nacional. Depois do Marechal Hermes da Fonseca ter ficado na presidência do Brasil, entre 1910 e 1914, os militares voltaram a cobiçar o poder nos chamados movimentos tenentistas. Reformismo, revolução e crítica ao sistema oligárquico estavam na

agenda dos debates políticos na imprensa, cafés e quartéis. É bem verdade que os motins eram liderados por oficiais de baixa e média patente, cabendo aos generais buscar implantar uma maior disciplina e controle das tropas. Nesse contexto, a Guerra do Paraguai era rememorada como grande panteão de “heróis” e modelos de militares. Conforme Celso Castro, foi nesse momento que o General Osório deixou de ser o patrono do Exército brasileiro – título que passou a pertencer ao Duque de Caxias. Osório possuía um perfil mais popular e resistente ao governo central, enquanto a memória de Caxias era representativa de um oficial conservador, disciplinador e fiel ao Imperador (CASTRO, 2002).

Com o surgimento do movimento revisionista no Paraguai e o positivista ortodoxo no Brasil foi-se necessário, segundo Maestri, que intelectuais e políticos brasileiros formassem uma frente de defesa à historiografia nacional-patriótica, de modo que afirmassem a “limpidez moral dos atos de guerra dos exércitos do Brasil; das glórias nacionais; do direito aos troféus e da justeza da dívida de guerra” (MAESTRI, 2017, p. 120), dentre os muitos nomes que abordaram estas questões estavam Lindolfo Collor, Antônio Batista Pereira e Gustavo Barroso – este último, um dos futuros intelectuais do Integralismo. É importante analisar as ideias desses três autores, pois, motivados pela efeméride de 50 anos do fim da Guerra, eles se viram encorajados em intervir no debate público.

Antônio Batistas Pereira, em 1928 lançou o famoso e controverso exemplar de *Civilização contra Barbárie*, o qual aponta, por ele mesmo, como um suspiro de alívio em meio a tanta calúnia proferida contra o Império. Batista Pereira também afirma que após a república positivista haviam escolhido a guerra do Paraguai para fomentar o ódio ao passado, ou seja, ao império recém destituído. Segundo Maestri

Para Batista Pereira, pintar “o Brasil como o algoz do Paraguai, torná-lo odioso às crianças brasileiras” que abriam “os primeiros livros de história pátria”, seria “crime de lesa-patriotismo [...]”. Trataria-se de “vilipêndio sistematizado”, que precisava “ser proscrito da escola, do compêndio, do magistério e do jornalismo por todos os meios de reação compatíveis com a nossa cultura.” O autor não estabelece os

limites da sua conclamação ao exercício do autoritarismo cultural.⁸ (MAESTRI, 2017, p. 124).

Quanto à questão acerca da instituição da Tríplice Aliança, Pereira ainda na obra *Civilização contra Barbárie* destaca as intenções puras do império de promover uma guerra contra López e não contra o povo guarani, usando como justificativa o fato de que não tomou mais território Paraguai do que os que já anteriormente ao conflito lutava por meios diplomáticos.

Mario Maestri afirma que os escritos de Gustavo Barroso pouco se afastam dos ideais e argumentos de Batista Pereira, de modo que condena arduamente o que chama de Lopismo Brasileiro, ou seja, acusando positivistas ortodoxos de ser agir contra sua própria pátria, ao mesmo momento que defende que o silêncio devia imperar antes que tal antipatriotíssimo se proferisse, de modo que afirma de que a história devia ser escrita de acordo com as necessidades da nação.

Por último, Mario Maestri aponta Lindolfo Collor como o mais coerente dentre os intelectuais que faziam oposição as ideias positivistas ortodoxas por se aprofundar em alguns aspectos os quais os demais autores citados não o fizeram. Collor fora autor da obra *No Centenário de Solano Lopez* publicada em 1926, na qual se mostra contra a campanha de recuperação da imagem e da memória de Lopez iniciada por O'Leary, apontando que tal ultraje seria culpabilizar o Brasil pelo inicio da guerra e absolver o mesmo de tal responsabilidade histórica. Sobre a questão Maestri destaca que

Ao atacar o revisionismo paraguaio, atropela igualmente o revisionismo-republicano positivista brasileiro [...]. Acusa os positivistas de prestarem enorme desserviço aos interesses nacionais, corroborando, com suas opiniões “extremistas”, o revisionismo paraguaio. Collor jamais intenta impugnação sistemática da crítica de Raimundo Teixeira Mendes, nesse momento já velha de três décadas, preferindo referir-se rapidamente aos discípulos do vice-diretor do Apostolado no Brasil.⁹ (MAESTRI, 2017, p. 132)

⁸ Referência do autor: PEREIRA, Baptista. **Civilização contra a barbárie**: conferencia feita na Faculdade de Direito de Belo Horizonte a 15 de abril de 1928. São Paulo: Rossetti & Camara, 1928. 176 pp. [Ed. Privada]; Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1928.

⁹ Referência do autor: COLLOR, Lindolfo. **No centenário de Solano Lopez**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

Collor também destaca que deve-se compreender que a guerra não foi imperial, mas sim nacional, de modo que não é necessário nenhum repúdio dos republicanos com o intuito de catalogar a monarquia como danosa. Argumento este, como aponta Maestri, contestado pelos intelectuais da oposição, o quais afirmavam que a guerra fora travada pelas classes abastadas da monarquia, pelo governo e pelo próprio Dom Pedro, de modo que não era nacional pois não havia sido travada pelo povo, mas sim, pelos representantes do império.

Para além, Lindolfo destaca que a dívida da guerra não poderia ser apresentada como o cerne dos debates pois já era de consenso que não havia pretensão de cobrá-la de fato, ao passo que o Paraguai se encontrava arrasado pela guerra e conseqüentemente não teria condições de quita-la. Com isso, o autor põe a dívida de guerra como mero fator argumentativo e não se opõe a perdoá-la, observando esta perspectiva como um fator que demonstraria, enfim, que a guerra nunca foi contra o povo guarani. Por isso,

Lindolfo Collor reconhecia, sem pruridos morais e éticos, que a dívida de guerra, “englobada” na “dívida pública” paraguaia, funcionava como poderosa arma de pressão sobre o governo e a autonomia paraguaias. Isto porque, legalmente, o Brasil poderia intervir naquele país para exigir o que lhe era devido, segundo acordo reconhecido por todos os ex-beligerantes¹⁰. (MAESTRI, 2017, p. 138)

Por fim, Mario Maestri aponta que, apesar dos intensos debates e disputas ideológicas fomentadas pelo cinquentenário do conflito, nenhuma das vertentes interpretativas tiveram o interesse de revisar de fato questões basilares tais como os motivos para a deflagração para o conflito, de modo que, neste momento, não houve nenhum avanço teórico ou metodológico dos estudos históricos, dessa maneira “Os ensaios, à exceção de algumas páginas magistrais de Câmara Cascudo, apresentaram-se sempre como narrativa de poder e de Estado, e jamais como discurso científico.” (MAESTRI, 2017, p. 142).

Portanto, o cinquentenário do fim da Guerra do Paraguai fomentou muitas reflexões sobre a importância das Forças Armadas na história da Nação (além disso, a Primeira Guerra Mundial havia acabado apenas dois anos antes) e seria ingenuidade não relacionar esse debate da época com a conjuntura histórica da

¹⁰ Referência do autor: COLLOR, Lindolfo. **No centenário de Solano Lopez**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

década de 1920. O ano de 1922 marcou não apenas o movimento tenentista dos 18 do Forte de Copacabana, como também a fundação do Partido Comunista no Brasil. As ameaças ao sistema político eram contra-atacadas pelo governo. Modelos alternativos de organização política e econômica entravam em choque, assim como as publicações de teóricos anti-liberais e autoritários que também serviram de inspiração para a Revolução de 1930. Os militares estiveram presentes ao longo de todo esse processo, tendo papel importante nos governos de Getúlio Vargas (FAUSTO, 1989).

Posteriormente, para tratar da comemoração de 150 anos da Guerra do Paraguai, os estudos de Ana Paula Squinelo e Jérri Roberto Marin trazem importantes considerações. Os autores refletem acerca das apropriações do evento da Retirada da Laguna¹¹ de modo a compreender a constituição da memória e da identidade dos sul-mato-grossenses. Para tal, há uma importante reflexão acerca de renomados teóricos que tratam da temática memória e tradição, tais como Pierre Nora¹², Eric Hobsbawm¹³ e Connerton¹⁴, evidenciando através dos mesmos a relação entre o patrimônio e a memória social, bem como abordam o fato de que não há memória espontânea, alicerçando assim a perspectiva dos usos políticos do lembrar e de como lembrar. Segundo os autores,

As comemorações são eventos de grande potencial simbólico quando o Estado, as instituições e a sociedade civil repensam o passado e o presente e elaboram projetos para o futuro. [...] Ou seja, os festejos cívicos têm pretensões comemorativas e pedagógicas, pois constroem subjetividades. (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 384).

Squinelo e Marin demonstram de forma efetiva o modo que o episódio da Retirada da Laguna adquiriu grande importância ao longo da história do Estado. Em um primeiro momento devido a visibilidade que o Estado do Mato Grosso adquiriu frente ao âmbito nacional, desencadeando intensos investimentos

¹¹ Ficou conhecida como Retirada da Laguna a marcha do exército do Império com o intuito de recuperar as terras mato-grossenses invadidas pelos Paraguaiois, deflagrando assim a Guerra. O nome se deu pela a necessidade de recuo após a chegada em Laguna, ocasionado pelo pelotão reduzido após os cerca de dois anos de marcha e às baixas ocasionadas principalmente por epidemias e pela fome.

¹² NORA, Pierre. **Entre a memória e história**. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

¹³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹⁴ CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Tradução de Maria Manuela Rocha. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999

públicos no local até então esquecido, o qual foi conectado por redes férreas e de telégrafos, acelerando assim o processo migratório. No mesmo momento, a Retirada da Laguna se constituiu como os fundamentos da identidade do local, passando a fazer parte da memória coletiva e de uma identificação necessária para que se desenvolvesse o sentimento nacional da região.

D. Francisco de Aquino Corrêa, então presidente do Estado, fundou duas instituições que investiram na produção simbólica para redefinir a identidade regional: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1919, e o Centro Matogrossense de Letras, em 1921. Para as comemorações, foram elaboradas poesias, canções patrióticas, símbolos distintivos da identidade regional, como o brasão de armas (1918), o hino mato-grossense (1918) e a confecção da carta geográfica de Mato Grosso. (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 387)

Esta construção induzida da história oficial do Estado e, por conseguinte, da identidade regional, tinha como objetivo central a exaltação dos feitos dos homens mato-grossenses, salientando figuras de importância para que se tornassem referência de cidadão modelo, o qual continha, teoricamente, os valores que se almejavam perpetuar. No cinquentenário da Guerra, em 1920, houve o esforço de promover a Retirada da Laguna como evento nacional com o intuito de recuperar a memória do evento e de seus heróis (SQUINELO; MARIN), e monumentos foram construídos em Nioaque no Mato Grosso e no Rio de Janeiro.

A partir dos anos de 1930, devido a acentuação do autoritarismo e do nacionalismo no país ocasionados pelo golpe ocorrido no início da década, o dia do padroeiro da cidade de Nioaque fora comemorado com paradas militares, saudações e juramentos a bandeira, se tornando evidente a aproximação do ideal cidadão brasileiro/mato-grossense e católico. Squinelo e Marin apontam, posteriormente uma nova onda de valorização da Retirada da Laguna e do Estado do Mato Grosso com o novo golpe, desta vez, deflagrado em 1964, no início das festividades do centenário da Guerra do Paraguai.

Ao todo, Ana Paula Squinelo (2006) faz o levantamento de dezesseis monumentos em solo Mato Grossense os quais buscam se constituir como locais de memória referente ao conflito de 1864, seja por homenagem aos combatentes ou as suas famílias. Contudo, a autora busca o destaque que, para além de monumentos, “A memória da Guerra do Paraguai e da retirada da Laguna pode

ser constatada, ainda, em ruas, avenidas, prédios públicos, escolas, parques e cemitérios, de diferentes cidades de Mato Grosso do Sul.” (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 391). Todas estas características sendo sintomáticas do que e quem fez parte do projeto de memória pensado pelo governo, em diferentes instâncias, abrindo um campo amplo para análise de como estes lugares de memória são percebidos, pensados e apropriados no presente, por diferentes grupos sociais.

Ana Paula Squinelo e Jérri Roberto Marin trazem a luz a necessidade de se pensar as intenções do lembrar e do esquecer em determinados momentos históricos de acordo com a conjuntura política a qual se está inserido no presente,

A apropriação da Guerra do Paraguai nessa conjuntura política esteve associada ao novo grupo político e seu interesse em perpetuar-se no poder. Ou seja, a memória da guerra não se configura apenas como uma memória cívica e patriótica, mas também econômica e política. (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 395)

Por fim, os autores destacam sua perspectiva de que a apropriação da Retirada da Laguna e da Guerra do Paraguai como um todo não se caracteriza como uma memória de cunho patriótico, mas sim de uma memória com “conotação política singular” (SQUINELO; MARIN), de modo que diferentes correntes ideológicas que estejam a frente de projetos políticos se apropriam dos mesmos eventos de maneiras e intenções distintas.

A produção a respeito da Guerra é vasta e os lugares de memória, como nomes de ruas, monumentos e estátuas de oficiais militares da época, estão presentes em todas as regiões do Brasil, sendo impossível estudar todos esses aspectos no espaço de um trabalho de conclusão de curso. Assim sendo, buscamos nesse capítulo dar conta de apenas alguns exemplos de como a memória e a história da Guerra foi fonte de disputa política e historiográfica em diferentes épocas. Enfatizamos os períodos de efeméride comemorativa, como os 50 anos e os 150 anos, pois eles são sempre fecundos em promover maiores reflexões e debates públicos sobre o evento histórico em questão. Além disso, como iremos problematizar as “não” comemorações ou “não” celebrações do centenário do fim da Guerra, em 1970, buscamos analisar como tais fenômenos foram discutidos em outros momentos.

3. Centenário da Guerra do Paraguai: a ausência

Cem anos após à tumultuada década de 1860 há outra que se equivale a mesma, no que diz respeito aos conflitos de ordem político-social. Década marcada pelo acirramento da polarização e radicalização de agentes políticos e sociais, os quais se tensionaram até o momento em que “não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos” (FERREIRA, 2003, p.400) que culminou no golpe civil-militar de 1964.

Os “anos de ouro” de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), caracterizado por um longo tempo como o mandato de maior sucesso democrático dentre o panorama geral da jovem democracia brasileira (1946 – 1964), a qual presenciou eventos dramáticos como o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, vêm recebendo novas interpretações com estudos que se debruçam acerca do significado e dos limites da democracia neste período, tais como Oliveira (2013), Feltrim (2012) e Biroli (2004). Posteriormente, estudos robustos e ainda cercados de fervorosos debates enfrentam a missão de compreender a cultura política e sua possível influência no período do pré-golpe de 1964. Nesse sentido, autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2009, 2014)¹⁵ e Carlos Fico (2017)¹⁶ são exemplos de nomes que enfrentam este debate.

Motta se debruça sobre o potencial explicativo do conceito de cultura política para compreender os agentes e os rumos que as tensões políticas dos anos de 1960 tomaram. Para tal, o autor mescla as possibilidades de definições conceituais já apresentadas por outros autores de modo que o definiu como

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2018, p. 114)

¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvumentvm, 2009; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁶ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr., 2017.

Entretanto, o autor também destaca que o campo da política não pertence às ciências exatas, de modo que compreender que o mesmo possui como protagonista indivíduos os quais exercem seu poder de escolha cotidianamente é essencial. Em suma, não se pode presumir uma impossibilidade de mudança, mas sim, perceber as influências impregnadas nas ações, permeadas por padrões políticos culturais já estruturados socialmente.

Os primeiros anos da década de 1960 são caracterizados politicamente por Jorge Ferreira (2003) como uma grande batalha entre os conservadores, os quais tentavam acima de tudo barrar qualquer mudança econômica ou social no País, mesmo que para tal, significasse banir seus adversários da vida política; e os militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que almejavam a concretização das reformas de base a qualquer custo. Ambos os projetos não respeitavam a frágil democracia brasileira, “a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda” (FERREIRA, 2003, p.400). Esta perspectiva, contudo, é fortemente contestada por Demian Melo (2006), o qual afirma que esta análise alicerçada à perspectiva da “falta de apego a democracia” generalizada a todos os atores em questão é, na verdade, uma narrativa revisionista, fortemente influenciada por intelectuais neoliberais, de modo que “as esquerdas empreenderam uma ação para ampliar os limites do regime democrático de então, e por isso são hoje acusadas de golpistas [...]”, com isso, a perspectiva apresentada por Melo complexifica diversas questões apresentadas por Jorge Ferreira, como, por exemplo, a análise rasa e homogeneizante do PTB. Após a concretização do golpe civil-militar de 1964 o país entra no conhecido “dia que durou 21 anos” e o restante da década se estende em meio às atrocidades políticas e humanitárias, pautadas por militares e setores civis abastados. É neste contexto que ocorre o centenário da Guerra do Paraguai.

Ao pesquisar as palavras-chaves “centenário Guerra do Paraguai” na Hemeroteca Digital Nacional Brasileira, tendo como recorte temporal que compreende toda a década de 1960 e o ano de 1970 e um recorte espacial que se restringiu ao Estado do Rio de Janeiro, foram encontradas um total de 72 ocorrências nos 84 periódicos disponíveis no aervo. Pode-se enfatizar por este simples dado quantitativo a pouca repercussão acerca da efeméride. Ao referirmos apenas ao Jornal do Brasil, foco da pesquisa em questão, há um total

de 11 ocorrências em suas páginas ao longo de toda década de 1960 e nenhuma ocorrência no ano de 1970 (centenário do término da Guerra).

A primeira menção ao centenário nas páginas do Jornal do Brasil se dá no dia 02 de outubro de 1964¹⁷, ocupando um modesto espaço na coluna reservada para avisos referentes a eventos culturais e acadêmicos. A notícia refere-se ao fato de que a Biblioteca do Exército, dado o início do centenário do conflito, preparou dois mil exemplares da coleção de cinco volumes da obra *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. A matéria classifica a mesma como “obra fundamental para a compreensão do episódio e representa segura fonte de pesquisa”. Esta fonte traz a luz três questões primordiais que revelam a timidez das comemorações do centenário: a pouca relevância das notícias dispostas em páginas de pouca expressão; a iniciativa de memória partindo dos setores militares, não tendo participação ou nenhuma grande expressão na sociedade civil; o fato de que, mesmo sendo uma provável minoria, haviam setores militares que almejam a comemoração e à memória, deste modo, demonstrando uma não homogeneidade de percepções dentro das forças armadas.

Já no dia 29 de outubro de 1964¹⁸ o Jornal do Brasil destaca, agora com maior ênfase, na 2ª página de seu periódico, o recado do General Costa e Silva, futuro ditador do Brasil (1967), o qual pede que haja uma “meditação mais profunda, devendo ser reverenciada, em comunhão nacional, a capacidade profissional dos quadros da época”. Em seguida, o general ainda declara já estar em circular ao poder dos comandantes e diretores de departamentos do Exército seu pedido para que se saliente “o que o conflito representa para os países envolvidos”. Através de suas declarações se torna evidente que as altas patentes militares não tinham interesse em grandes festejos referentes ao centenário da Guerra. Nesse sentido, as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, ambos governos ditatoriais, foram postas em primeiro plano.

¹⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 02.10.1964. Edição 00233 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22Centen%C3%A1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=58960

¹⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29.10.1964. Edição 00256 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%C3%A1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=60103

No dia 11 de novembro de 1964¹⁹ o Jornal faz uma matéria explicativa de como ocorrerá os festejos nacionais do centenário, afirmando que os mesmos deverão acontecer nas datas simbólicas ao longo dos anos de 1964 a 1970, sendo presididas pelas forças armadas, destacando que a Marinha apenas se juntará aos festejos no 11 de julho de 1965, data da Batalha de Riachuelo e que, no ano de 1964 já estão marcadas a Semana dos Heróis da Colônia de Dourados e do Forte de Coimbra, comemorados a partir do dia 27 de dezembro. Apesar da informação descrita acima, poucos eventos foram noticiados ao longo dos anos seguintes, ficando a proposta somente no papel.

No dia 13 de novembro de 1964²⁰, o mesmo Jornal afirma com destaque a manchete “Guerra do Paraguai começa a fazer 100 anos e não há ainda solenidade marcada”, a matéria expõe que não há nenhuma programação para a celebração do ocorrido, contudo, as autoridades militares podem realizar programas a parte para que seja comemorado o centenário da guerra, ou seja, sem a participação da sociedade civil. Logo abaixo, há o destaque que em Belo Horizonte houve celebrações compostas por unidades da Polícia Militar e pelo Exército, também tendo participação de escolas militares. O festejo em questão refere-se a uma palestra ministrada por Augusto de Lima Júnior devido ao fato de que o mesmo “foi um dos primeiros soldados de Minas, tendo sido praça em 1908, no primeiro Regimento de Infantaria do Exército”. Novamente trazendo notícias de Minas Gerais, mas agora do dia 14 de novembro de 1965²¹ o Jornal do Brasil destaca que na cidade de Diamantina será inaugurado em um festejo o busto do General Couto Magalhães, tido como herói da Guerra. Dois dias de evento foram programados pela prefeitura de Diamantina e importantes nomes da política do Estado foram convidados. Referente ao General Magalhães o jornal afirma que “é considerado um dos grandes heróis da Guerra do Paraguai,

¹⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11.11.1964. Edição 00266 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%c3%a1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=60629

²⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13.11.1964. Edição 00268 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%c3%a1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=60694

²¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 14.11.1964. Edição 00267 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%c3%a1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=76618

na qual lutou como Comandante da expedição que expulsou de Mato Grosso as tropas de Solano Lopez”. Percebe-se neste momento a ausência de solenidades no Rio de Janeiro, contudo, pelo o que as fontes demonstram, o Estado de Minas Gerais deu mais atenção ao centenário quando em comparação ao primeiro.

De fato, como fora anunciado no dia 11 de novembro de 1964, no dia 31 de dezembro²² do mesmo ano fora noticiado a comemoração do Centenário da resistência da Colônia de Dourados e do Forte de Coimbra, desta vez, 7 parágrafos narraram o evento dando destaque a três fatos: o lançamento do livro *Invasão de Mato Grosso – 1º Centenário da Guerra do Paraguai*, produzido pela editora do Exército. Destaque o para o atraso do evento e o embaraço da mesa, composta por generais e autoridades ao ficarem meia hora sentados ao palco até que o problema fosse resolvido; e, por fim, a panfletagem após o evento, no qual o impresso continha “a frase histórica do Tenente Antônio João, dita em Dourados: ‘Sei que morro, mas meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria”.

A próxima ocorrência que se refere a Guerra do Paraguai data de 23 de maio de 1965²³ quando uma manchete de destaque afirma “Voluntário da Pátria morre aos 125 anos quando era festejada vitória de Tuiuti”, a notícia destaca que este fora o último dos heróis que participou da Guerra e que o mesmo

só levou para a sepultura as glórias de muitas vitórias e o respeito de um sepultamento com honras militares, mas sem poder gastar o primeiro soldo recebido com aumento no mês passado, sem levar o uniforme azul-vermelho, que ficou para o arquivo da PM, sem deixar um filho, que ele quis em dois casamentos, e sem receber as homenagens de herói centenário da guerra do Paraguai.

Após esta declaração o jornal descreve com detalhes os ocorridos da vida do voluntário chamado Melquíades Santos Indio Coutinho. É bastante evidente a crítica referente a falta de prestígio que o voluntário em questão passou o resto

²² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31.12.1964. Edição 00308 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%c3%a1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=62784

²³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23.05.1965. Edição 00119 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%c3%a1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=68947

de seus dias e, claro, a falta de homenagens que o mesmo poderia ter recebido, em vida, quanto a sua condição de herói centenário.

Por fim, a última ocorrência encontrada no Jornal do Brasil data de 18 de março de 1966 e declara, em um pequeno parágrafo, que a Biblioteca do Exército “no intuito de colaborar com os comandantes de unidades, com vistas para as comemorações do 1º centenário da Guerra do Paraguai” providencia um levantamento das datas que deviam ser comemoradas e rememoradas. Após esta pequena declaração, nenhuma outra ocorrência foi encontrada, nem mesmo no ano de 1970, quando o general Emílio G. Médici estava à frente do governo e a propaganda nacionalista da Ditadura era forte.

Através deste breve levantamento pode-se pensar algumas questões referente às problemáticas levantadas no capítulo II deste trabalho. Como já foi previamente dito através da análise dos estudos de Squinelo e Marin, não há memória espontânea. De fato, não fora noticiado nenhum festejo de ordem popular referente à memória do conflito, nem mesmo intelectuais promoveram grandes eventos ou debates. Portanto, ao debruçarmo-nos sobre os festejos e atos militares noticiados na imprensa se torna evidente o almejo de silenciamento quanto a temática e, com isso, evoca-se novamente o conceito de *História social do lembrar* de Burke (2000), pois fora através da compreensão de que “a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo” (BURKE, 2000, p. 73) que foi possível a compreensão de que para além de uma análise totalizante e generalizadora das memórias e dos esquecimentos, é necessário o esclarecimento de que estas ações variam ao longo do tempo e dos grupos sociais envolvidos. Neste sentido, levando em conta o grande movimento em prol do esquecimento, mesmo que não homogêneo, e o potencial simbólico da Guerra, a qual poderia ter sido memorada como um grande feito militar em um contexto em que os mesmos governavam o país, podendo-se então promover campanhas pedagógicas pró-militares, o esquecer se torna um fator instigante. Qual seria o motivo desse suposto silenciamento?

A principal hipótese levantada alicerça-se na importância e valorização das relações internacionais empregadas entre o Brasil e os demais países da América do Sul – neste caso, salienta-se o Paraguai – desde a ascensão ao

governo federal de Juscelino Kubitschek. Em 1958 foi lançada a Operação Pan Americana, por Juscelino, o objetivo central desta seria combater o subdesenvolvimento dos países latino-americanos com apoio dos Estados Unidos da América. A retórica empregada alicerçou-se na tese de que o subdesenvolvimento seria um facilitador para o fortalecimento do socialismo e do comunismo na América, deste modo “era necessário, assim como foi feito na Europa, um investimento maciço de capitais para a superação do subdesenvolvimento” (GALERANI, 2010, p.108). Após a Revolução Cubana, a Operação Pan Americana ganhou destaque pois fortaleceu seu argumento que, de fato, o subdesenvolvimento poderia culminar em revoluções socialistas. Deste modo, alguns resultados econômicos, almejados por Juscelino, surgiram do comprometimento dos Estados Unidos da América com a Operação, principalmente após a eleição de John Kennedy. Para além disso:

Ainda no referente à cooperação econômica cabe menção, pelas expectativas que gerou, a assinatura em 28 de fevereiro de 1960 do Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), pelo Brasil, Argentina, México, Paraguai, Peru e Uruguai. O objetivo era estabilizar e ampliar as trocas comerciais, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e substituir importações de países não membros. (BUENO, 2012, p.56)

Neste contexto em que as relações internacionais eram um fator de extrema importância para que Kubitschek tivesse êxito em seu plano de desenvolvimento interno pautado pelo nacional-desenvolvimentismo (MOREIRA, 2003), era de suma importância uma relação, no mínimo, estável com os demais países latino-americanos. Em março de 1961, O governo Kennedy lançou o programa “Aliança para o Progresso”, no qual os Estados Unidos apoiariam financeiramente a América Latina, buscando contribuir com o seu desenvolvimento econômico e social e, assim, deter o avanço do comunismo. Ou seja, tratava-se de um período de colaboração entre os governos dos países latino-americanos com os estadunidenses, que se tornariam ainda mais próximos com os sucessivos golpes civil-militares que marcariam a década de 1960 na região.

3.1 – Estudo de caso: a censura do samba-enredo e a camisola de Solano Lopez

O estudo da história do samba e do carnaval como forma de compreender aspectos socioculturais e políticos do Brasil Republicano já está mais do que consolidado na historiografia. Além disso, os sambas-enredo das escolas do Rio de Janeiro também já foram alvo de pesquisas acadêmicas e continuam atraindo estudiosos de diferentes áreas, tais como Angeli (2021), Soihet (2007) e Siqueira (2012). Pode-se ser percebido, ainda hoje, que os desfiles de escolas de samba representam uma evocação do passado, quando momentos latentes da história, reunindo diferentes versões, são representados pelas escolas através de seus sambas-enredos, fantasias, carros alegóricos e demais ornamentos. Após a apresentação da Estação Primeira de Mangueira em 2019 com o samba-enredo intitulado *História pra ninar gente grande* se tornou ainda mais evidente a apropriação do carnaval – escolas de samba – da vertente historiográfica da história social finalmente se conectando com populações não pertencentes a academia, a qual fica evidente nos versos

Mangueira, tira a poeira dos porões.
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
 São verde e rosa, as multidões

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho

Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês (fonte)

O samba-enredo apresentado acima representou uma possibilidade explicativa que viabilizou uma percepção crítica da história, evocando este mesmo passado e reconhecendo-o como efetivamente seu, ou seja, pertencente às camadas populares do Rio de Janeiro, ao mesmo momento que conectou o passado com o presente nos versos que mesclam figuras como Dandara, Isabel e Marielle.

Em 1960 outra escola de samba carioca evocou fatos históricos para embasar seu desfile. Neste momento, não se alicerçando na história social e sem desenvolver nenhuma crítica à história oficial vigente, ainda assim, a Império Serrado teve o seu samba-enredo censurado. O Jornal do Brasil no dia 18 de fevereiro de 1960²⁴ apresenta os sambas-enredos das escolas do ano. O samba da escola Império Serrano nomeia-se *Retirada da Laguna*. No dia seguinte, 19 de fevereiro²⁵, a manchete da capa do Jornal do Brasil é a notícia de que “Goulart aceita Vice impondo condições a catete” e, logo abaixo, há o título “Enredo do Império ‘Ameaça’ a OPA”. Na página 5²⁶ da mesma edição, então, exclusiva para assuntos culturais e eventos da cidade, apresenta a repercussão internacional do samba-enredo com a manchete “Diretor de Turismo pede a Império Serrano para mudar enredo que ofende Paraguai”. No desenrolar da matéria há a explicação de que

O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo, sugere à Escola de Samba Império Serrano que faça algumas modificações no seu enredo para o carnaval de 1960, porque – segundo ele – o Império poderá prejudicar o Brasil na atual conjuntura política da América do Sul.

²⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18.02.1960. Edição 00041 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=1841

²⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19.02.1960. Edição 00042 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=1859

²⁶ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19.02.1960. Edição 00042 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=1875

A notícia segue no próximo parágrafo afirmando que Saladini pede para que seja removido tudo o que possa ser hostil ao Paraguai, devido ao fato – segundo a fonte – de que o Brasil está em disputa política com a Argentina como representante sul americano. Para além, o diretor do Departamento de Turismo afirma que irá levar o Embaixador paraguaio em um ensaio da Império Serrano para que o mesmo perceba que o desfile também será em apoio ao Paraguai, ou seja, em sentido inverso ao produzido originalmente pela escola de samba.

Na mesma matéria, o jornal apresenta a perspectiva da escola, a qual afirma que não é possível fazer mudanças no enredo, tão em cima da hora, contudo, relata estar temerosa de que pontos sejam descontados da Escola caso não acatem ao pedido de Saladini. Outras escolas de samba, não denominadas, afirmaram que protestarão contra a intromissão na liberdade de sua co-irmã. O caso começa a tomar maiores proporções nas páginas do jornal.

Dois dias após, em 21 de fevereiro de 1960²⁷, o Jornal do Brasil dá destaque à manchete “Império cantará o samba ‘Tirano’ e não falará em López”, afirmando que a escola cedeu às pressões paraguaias e substituiu a versão original de sua proposta. Nesta matéria fica explícito que “O Embaixador do Paraguai fez o protesto e o Itamarati aceitou-o, para não desgostar o atual ditador daquele país, General Stroessner, e não comprometer o sucesso da OPA”. A Império Serrano, mesmo alterando seu samba, afirma que o mesmo não continha nada que qualquer livro de história do Brasil não afirmasse, de modo que “até os adjetivos usados para Solano Lopez são os que habitualmente se permitem usar os autores de livros didáticos”. O Musicólogo Mozar Araújo – que não tinha nenhuma relação com a escola de samba – afirmou que não seria problema reduzir os 35 versos para os 18 aceitáveis à percepção do Itamarati. Como repercussão, o presidente da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro dá entrevista sobre o caso ao Jornal do Brasil e afirma que a ação do governo é triste e vergonhosa, destacando que “é melhor rasgar de uma vez a História do Brasil, já que não se pode mais cantar samba as nossas glórias do passado”. A mesma notícia salienta que o escritor Miércio Tati foi designado pelo

²⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21.02.1960. Edição 00044 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=1945

Departamento de Turismo para solucionar o problema junto ao Império e que, de fato o fez, após o diretor da escola requisitar um documento que afirme que a mudança no samba-enredo não prejudique – ainda mais – a contagem de pontos da escola.

É provável que nos bastidores da prefeitura do Rio de Janeiro, das diretorias das escolas de samba e do Itamarati, as discussões tenham sido muito tensas, pois o jornal continuou a noticiar a questão, mostrando que os desfiles de Carnaval podiam sim tornar-se em episódios políticos importantes. No dia 25 de fevereiro de 1960²⁸ foi-se disposta mais de meia página para tratar da polêmica acerca da censura ao samba-enredo. Há uma grande manchete ocupando toda a parte superior da página afirmando que “Se Império Serrano fracassar Saladini será responsável”. A primeira parte da matéria, e com menos evidência, há a descrição de que o Império havia trocado cargos de renome dentro da escola com o intuito de, enfim, levarem o título de campeã após quatro anos afastados do mesmo e que a preparação realizada ao longo de todo o ano fora atrapalhada pela intervenção do governo. Com maior destaque na página devido ao tamanho e fonte diferenciados, o Jornal do Brasil traz novamente um panorama geral do ocorrido com tom de indignação ao firmar que

Tratando da Guerra do Paraguai, o Império deveria apresentar a versão comum dos livros didáticos oficiais de História do Brasil, segundo a qual o ditador do Paraguai, Solano López, homem ambicioso e irresponsável, ameaçou a soberania do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que formaram a Tríplice Aliança para combatê-lo.

Depois da intervenção do Sr. Mário Saladini – que os sambistas consideram absurda, mas preferiram calar, para evitar maiores prejuízos – o Império vai dizer que Solano López foi um herói, um notável Chefe de Estado e colocá-lo, em mérito, ao lado do nosso D. Pedro II.

Logo após o Jornal do Brasil faz críticas mais contundentes ao expressar que, para não ter problemas com o Departamento de Turismo e com o Itamarati, o Império Serrano fará homenagens ao então atual ditador do Paraguai, Stroessner. Exaltação a qual, segundo o jornal, poderia desenvolver antipatia

²⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25.02.1960. Edição 00047 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=2095

geral do público e da comissão julgadora, dado o fato de que o ditador não tinha popularidade “em nenhum setor da vida política e social brasileira”. Ainda com destaque, o Jornal do Brasil afirma que o discurso de Saladini se alicerçou no patriotismo para que explicasse à escola a necessidade de não prejudicar o país frente a Operação Pan Americana, no mesmo sentido o diretor do departamento almeja descrição sobre o fato quando, ainda requisitando comportamentos nacionalistas, pede ao jornal que nada publique sobre o ocorrido.

Também em 25 de fevereiro há outro título que, mesmo modesto, chama atenção do leitor, “Intervenção no Império foi a 1º”. Neste espaço o jornal aborda que até mesmo o título do samba teve de ser alterado – novamente, para aguardar o Departamento, se chamando agora de *Confraternização Brasil-Paraguai* – e os carros alegóricos reformados, os quais sofreram alteração em seu “sentido primitivo”. Logo abaixo há a descrição de cada carro e algumas afirmações devem ser ressaltadas como

1º carro: Exaltação à figura de Francisco Solano López, que embora sacrificando o sangue do povo paraguaio, em 1865, merece ser lembrado pelos seus méritos de bravura e tenacidade; [...] Um medalhão encerrará o desfile com homenagens ao Ditador Stroessner, acompanhado do Presidente Juscelino Kubitschek e das bandeiras da Argentina e do Paraguai

No dia seguinte, 26 de fevereiro de 1960²⁹, novamente com relativo destaque, está disposta a informação de que, novamente, a Império Serrano mudou seu enredo, desta vez se chamando de *Confraternização Latino-Americana*, “o compositor Mano Décio da Viola compôs, às pressas, dois sambas que ‘não ferem os objetivos da OPA’: ‘Medalhas e Brazões’, principal, e ‘Brasil gigante’, de apresentação”. O samba de apresentação expressa o orgulho pela atuação militar do Brasil na Guerra do Paraguai ao citar seus principais agentes de renome, tal como Caxias e as batalhas mais conhecidas, como Riachuelo. Já no samba de apresentação foi priorizado uma narrativa que coloca o Brasil como um grande país pacifista e diplomata, como sendo o “gigante da América Latina”.

²⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26.02.1960. Edição 00048 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=2125

O grande dia chega, o Império Serrano é a sétima escola a desfilar no dia 28 de fevereiro. No dia 03 de março³⁰, o Jornal do Brasil dá um panorama geral de cada uma das grandes escolas, quanto ao Império, ressalta novamente a intervenção do Departamento de Turismo, mas afirma que, mesmo assim, a escola foi “o maior sucesso”, principalmente devido a sua elegante comissão de frente.

É no dia 04 de março de 1960³¹, quando o Jornal do Brasil expõe a manchete “Portela vencedora (provisória) do carnaval” que há outra, também de expressão que afirma “Império Serrano abre fogo contra Itamarati, Saladini e Embaixador do Paraguai”. A Escola após ser classificada em 5º lugar acusa “como únicos responsáveis pelo seu fracasso o Embaixador do Paraguai, Sr. Luis Martines, o Diretor do Departamento de Turismo, Sr. Mário Saladini, e o Ministro Pio Correia”. O Jornal do Brasil anuncia que o Império Serrano afirmou que seu diretor iria encaminhar, no mesmo dia, seu pedido de desligamento da entidade devido ao ocorrido. Para além, “os imperiais pretendem agitar a questão, pois acham que têm um grande argumento no depoimento do General Edmundo Macedo Soares que, ao saber da alteração no enredo, declarou que ‘a História do Brasil não mente e por isso não pode ser modificada’”. Em entrevista, o Chefe de Relações Públicas da Império Serrano – Aldemário Ezequiel dos Santos – afirmou que “o enredo sobre a Guerra do Brasil com o Paraguai era um perfil exato do Ditador Solano López e a exaltação perfeita dos feitos das tropas brasileiras”, de modo que “gastamos mais de Cr\$ 200 mil na confecção do carro e das fantasias, pois queríamos fazer uma surpresa ao povo carioca, mas um jornal revelou os nossos planos, o que levou o Ministro Pio Correia a entrar em entendimentos com o Sr. Mário Saladini, em nome do Itamarati, para nos forçar uma modificação à última hora. O próprio Embaixador do Paraguai nos procurou em Madureira e nos elogiou, por termos atendido ao pedido de sua Embaixada, através do Ministro Pio Correia”.

³⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 03.03.1960. Edição 00051 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=2233

³¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04.03.1960. Edição 00052 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=2256

No mesmo sentido, mas agora no dia 05 de março³², o Jornal do Brasil, reserva o assunto em questão em duas páginas, a primeira, disposta na página 3 em nota modesta, mas não menos afiada, afirma que a diplomacia brasileira precisa agir com cautela neste momento devido às “consequências funestas” ocasionadas pela censura ao Império Serrano. “Agora, apesar de todos os esforços, os imperiais sambistas não só ameaçam romper as relações com o Departamento de Turismo da Prefeitura e com o nosso Ministério do Exterior, como, também, estão criticando o Embaixador do Paraguai no Brasil, Sr. Luís Martínez”. Esta nota afirma que a censura ocorreu de maneira arbitrária pois,

o Sr. Pio Correia, preocupado com as abjeções que as autoridades paraguaias – na sua opinião – poderiam fazer ao Sr. Horácio Lafer, Ministro do Exterior do Brasil, que se preparava para visitar aquele país, por causa do enredo da escola de samba, fez uma intervenção em termos pouco diplomáticos. O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, seguindo a orientação do Sr. Correia, determinou que o Império Serrano não criticasse Solano López e fez a censura do enredo.

A segunda menção do dia 05 de março³³ refere-se ao conjunto de notas conectadas à manchete “Escolas de samba anulam o resultado oficial do desfile”. Para além da polêmica intervenção do Departamento de Turismo no desfile do Império, outras polêmicas acerca da contagem de pontos foram levantadas pelas demais escolas de samba, devido a este contexto, a proposta de anular os resultados e dividir o prêmio de Cr\$280 mil entre as cinco melhores do ano fora aceito por unanimidade. Este fato corroborou para o esfriamento dos ânimos da Império, de modo que não fora mais noticiada nenhuma referência à intervenção pelo Jornal do Brasil.

Esse episódio envolvendo a censura do samba-enredo demonstra como a história da Guerra ainda era algo delicado nas relações internacionais de ambos os países. Nesse sentido, é interessante pensar como passado e presente afetavam um ao outro. Se pensarmos que o brasão da bandeira da

³² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 05.03.1960. Edição 00053 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=2280

³³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 05.03.1960. Edição 00053 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Imperio%20serrano%22&pagfis=2286

Império Serrano é solitariamente constituído pela Coroa Imperial e que a escola já havia sido campeão do carnaval do Rio, em 1955, homenageando o Duque de Caxias, a preocupação com as versões desse passado se torna ainda mais evidente³⁴. Do lado paraguaio, a ideia de homenagear tanto Solano quanto Stroessner, também possibilita pensarmos como a história podia ter diferentes usos e interesses, tornando a disputa pela memória da Guerra ainda mais importante.

De modo a corroborar com o que está sendo almejado demonstrar, partiremos para outro foco, este não tendo mais conexão com o carnaval, mas sim, com uma polêmica bastante específica, também noticiada pelo Jornal do Brasil, que se refere ao debate quanto a devolução ou não de um “troféu” de guerra muito peculiar.

No dia 25 de maio de 1964³⁵, com o país já envolto na ditadura civil-militar, o Jornal do Brasil noticia com modéstia, mas na capa da edição, a manchete “Camisola de López pedida ao Brasil”. Na página treze da mesma edição³⁶ onde as questões são mais desenvolvidas pelos redatores, o jornal afirma que o Paraguai tem especial interesse na devolução da camisola de López pois consideram este um artefato “humilhante” para que seja exposto junto a outros troféus. O porta voz desta revelação foi o Deputado Segismundo de Andrade “na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, durante a discussão do projeto que restituiu ao Governo e ao povo do Paraguai os objetos, bélicos ou não, que encontrem nos museus brasileiros como troféus da guerra”.

No próximo dia, 26 de maio³⁷, há uma cobertura de expressão acerca do tema. Agora a manchete é “Diretor do Museu afirma que camisola de López tem de ficar no Brasil”. Josué Montello, o então diretor do Museu Histórico Nacional

³⁴ IMPÉRIO SERRANO. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Serrano. Consultado no dia 07.11.2021.

³⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25.05.1964. Edição 00121 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=53534

³⁶ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25.05.1964. Edição 00121 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=53546

³⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26.05.1964. Edição 00122 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=53657

dá sua declaração afirmando sua posição contrária à devolução da camisola e de outros três troféus da Guerra do Paraguai dispostos no Museu Histórico Nacional. Para Montelo “ao se desfazer deles, o Brasil estará desrespeitando 100 mil pessoas que perderam a vida nas batalhas contra o ditador paraguaio”. O Jornal do Brasil afirma que o debate acerca das devoluções teve seu ápice em 1945 quando o primeiro projeto para a efetivação da entrega dos troféus ocorreu. Contudo, devido a intensa polêmica o assunto foi adiado e novamente redescoberto pelo Deputado Cunha Bueno que o apresentou novamente à Câmara. Neste contexto, o Embaixador do Paraguai no Brasil destaca que não partiu do seu governo a campanha para a devolução, entretanto, acha pertinente que se concretize a ideia pois, além de convergir com o início das comemorações do centenário da guerra no Paraguai,

Consideramos um verdadeiro ato de pan-americanismo a devolução dos troféus, que, além da camisola, constam de duas bandeiras e uma espada. Solano López é um líder militar reverenciado por nós com o mesmo amor que os brasileiros reverenciam o General Osório.

No dia 27 de maio³⁸ a repercussão do caso continua, ainda com grande destaque na página e, desta vez, buscando a opinião de historiadores da época sobre o assunto. Na reportagem, o historiador mineiro Augusto de Lima Júnior se põe incisivamente contra a devolução de qualquer troféu de guerra, afirmando que

os troféus relembram o sangue dos nossos soldados, e não podemos, de maneira alguma aviltar com gestos teatrais, sem nenhuma sinceridade, aqueles que morreram no campo de batalha, e que conquistaram, por sua bravura, as recordações imorredouras dos sacrifícios que fizeram. [...] Lutamos contra um tirano, não contra a nação paraguaia.

Nesta mesma reportagem, o Jornal do Brasil destaca que a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) se manifestou contra a devolução dos troféus por considerarem-nos como um “estímulo a novas proezas”. Este é o único relato que parte de alguma organização da

³⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27.05.1964. Edição 00123 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=53690

sociedade civil, contudo, deve-se salientar que a TFP se caracteriza por sua forte influência e relações com grupos políticos e grandes empresários. No final do mesmo mês, 31 de maio³⁹, uma página inteira se refere a polêmica da devolução dos troféus, com ênfase na camisola de Lopez. Neste momento, o Jornal referencia o volume IV dos Documentos de Guerra publicado em 1871 para afirmar que nenhuma camisola fora retirada de Lopez após a sua morte,

ao ser morto, dentro do Rio Aquidabaniqui, López estava de chapéu, com calça azul de galão de ouro, camisa branca de sêda, colête e sem dólma: calçava botas Millie (obviamente, devia estar de ceroulas). Só. Nada de roupão, camisola ou robe de chambre.

Interessante perceber o empenho dos jornalistas em pesquisar fontes históricas para interferir na questão diplomática, pública e compartilhada com os leitores do periódico. O Jornal também afirma que, quanto ao roupão que se encontra no Museu Histórico Nacional, foi, na verdade, uma doação de uma das filhas do Barão de Cotegipe, que, por sua vez, o recebeu do Visconde de Rio Branco, que estava em posse pois o recebeu de presente do General Vedia. Somado a isso, o Jornal destaca que além de não ser uma camisola – e sim um robe de chambre – não há meios de se confirmar se ele realmente algum dia pertenceu a Solano Lopez e que, mesmo se fora de sua propriedade, com certeza não estava usando-o quando foi morto. De modo a desclassificar a relevância deste debate, o Jornal afirma que “troféus de guerra” nada mais são do que símbolos de vitória, descaracterizando o chambre – ou camisola – como um artefato de real valor pois “funcionam apenas como peças para museus, quando muito”.

No dia 04 de junho de 1964⁴⁰, a manchete é clara: “Camisola de Solano fica com Brasil”. Há uma breve declaração do Sr. Romildo Colunga, conselheiro da Embaixada do Paraguai no Brasil, o qual afirma que o governo Paraguaio e

³⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31.05.1964. Edição 00127 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=53951

⁴⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04.06.1964. Edição 00130 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=54084
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=54088

sua representação diplomática não tinham nenhuma ligação com o projeto que tramitava na câmara e salienta “Isso é assunto dos Brasileiros”.

Ainda no dia 04 de julho⁴¹, há um denso espaço reservado para o relato do então Diretor do Museu Histórico Nacional, Josué Montello. No relato, Montello afirma que “quase cem anos da Guerra do Paraguai, tenho fundadas razões para me considerar vítima de Solano López”, com essa introdução dramática e cômica o Diretor segue uma narrativa explicando que a camisola na verdade é um robe de chambre de ouro que, segundo fontes não mencionadas, havia sido encomendada por Solano Lopez da Europa. Contudo, antes da entrega da peça Solano perdeu a guerra e a mesma acabou chegando às vitrines do Museu,

posto aí, em sossego, com a etiqueta respectiva, o robe de chambre de Solano López não fazia mal a ninguém, quando um deputado se lembrou de apresentar um projeto de lei determinando a devolução gentil dos troféus da Guerra do Paraguai. E eis que o robe é aí arrolado, como esta modificação importante: convertido em camisola.

Josué ainda declara que, após a polêmica ser redescoberta o mesmo não teve mais sossego e passou o dia inteiro recebendo ligações de repórteres querendo informações, fotos e sua opinião sobre a camisola e “depois de um dia assim, a noite não poderia deixar de me trazer em sonhos o diabo da camisola”. Passado o primeiro dia, Montello afirma que os telefones cessaram, contudo, em todos os jornais haviam certas notas sobre o ocorrido que por vezes o criticavam por não concordar com a devolução de tal artefato ou, em contrapartida, por não ter sido suficientemente energético em sua defesa. Posteriormente, o Diretor afirma que continua “a ser malhado, agora pela imprensa dos Estados. [...] E dizer-se que estou apanhando em público por causa de um robe que o ditador não vestiu nem viu!”.

A última menção ao caso na década de 1960 se deu no dia 07 de junho de 1964⁴², no qual há dois parágrafos de esclarecimento pedido pelo Deputado

⁴¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04.06.1964. Edição 00130 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=54089

⁴² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 07.06.1964. Edição 00133 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.

Raimundo Padilha, o qual afirma que a decisão da Câmara pela não devolução dos troféus de guerra não menciona e não possui autoridade para fazer qualquer decisão quanto ao robe de chambre, pois, o mesmo fora uma doação pessoal. Com isso, a densa polêmica travada acerca da camisola que se transformou em chambre de Solano fora sanada.

Os dois casos polêmicos na imprensa do Rio de Janeiro aqui apresentados servem como um meio de percepção acerca do anseio de setores da política nacional em não gerarem conflitos ou mesmo indisposição com o país vizinho. Tudo indica que tanto a censura em 1960, quanto a iniciativa para a devolução dos “troféus” em 1964 partiu de políticos brasileiros, sem a interferência do Paraguai. Como mais um, dentre muitos possíveis exemplos, pode-se referenciar novamente o Jornal do Brasil que, em 27 de março de 1965⁴³, ao cobrir a inauguração da ponte da amizade – que liga o Brasil com o Paraguai – o senador Bezerra Neto frisa que “o fato ocorre precisamente no centenário da Guerra do Paraguai, ‘conflito este que foi um episódio isolado na tradicional amizade entre os dois povos’”.

Para que se possa compreender tais posicionamentos, é necessário abordar que anteriormente a tomada do poder paraguaio por Alfredo Stroessner em 1954 o país se encontrava em uma posição de extrema dependência econômica com a Argentina, posições que progressivamente mudaram ao longo de sua hegemonia (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 159). A partir do ano de 1955 Raúl Sapena Pastor, embaixador Paraguaio no Brasil, tinha ordens do ditador que negociasse uma série de projetos de infraestrutura que conectasse os dois países, de modo que houvesse uma aproximação geoeconômica entre os mesmos, finalidade a qual, devido a ascensão de Juscelino Kubitschek foi extremamente facilitada por também ser de interesse do governo brasileiro. Foi nesta conjuntura que Kubitschek e Stroessner inauguraram o início da construção da Ponte da Amizade em 1961 – que teria conclusão em 1965, como disposto no parágrafo anterior.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22solano%20Lopez%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=54181

⁴³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27.03.1965. Edição 00121 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca Digital). Consultado no dia 31.10.2021.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Centen%3%a1rio%20Guerra%20do%20Paraguai%22&pagfis=66364

Entretanto, segundo Yegros e Brezzo (2013) ainda no início da década de 1960 as relações entre estes dois países se tornaram pouco amigáveis devido a controvérsia quanto a propriedade territorial do Salto das Sete Quedas, local propício para a construção de hidrelétricas. O desentendimento tem início devido ao fato de que

A Comissão Mista Paraguaio-Brasileira Demarcadora de Limites, no curso de suas tarefas de caracterização da linha fronteira, verificou que, antes de alcançar o rio Paraná, a cordilheira de Mbaracayú se bifurca em dois ramais; um para o norte, que terminava nas proximidades da primeira queda do Salto do Guairá; e outro para o sul, que chegava até a quinta queda. Os demarcadores paraguaios, baseados na evidência topográfica, sustentaram que a demarcação devia seguir o ramal norte, por coincidir com os altos cumes do Mbaracayú. Os brasileiros, invocando os trabalhos demarcatórios de 1872-1874, argumentaram que o limite era o ramal sul. (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 162)

Longos debates regidos pelos responsáveis governamentais de ambos os países se desenrolaram pelo menos até 1967, ano no qual, após concessões de ambos os lados, houve a criação da Comissão Mista Técnica Paraguaio-Brasileira, a qual ficou responsável por estudar as possibilidades de aproveitamento energético, por ambos os países, do trecho partilhado.

Ao comparar esta assertiva de Ricardo Yegros e Liliana Brezzo fica evidente que, com a proximidade dos governos de Stroessner e Juscelino realizadas a partir de 1954, somando-se ao fato a iniciativa da Operação Pan Americana pelo último, não era de interesse Brasileiro criar animosidades com o Paraguai em 1960, ano no qual houve a censura do samba da Império Serrano. Já em 1964, além do momento delicado da política externa descrita pelos autores citados acima, há o agravante de que ambos os países estavam sendo governados por ditadores, nesta conjuntura, não tinham interesse direto de se enfrentarem como opositores.

Por conta de todas essas questões, acreditamos que a realização de festejos sobre o centenário da Guerra foi desencorajada pelas autoridades políticas brasileiras, sempre preocupadas em não desagradar o Paraguai. Lembrar da Guerra e propor manifestações e debates públicos podia abrir espaço para certos revisionismos e vimos no primeiro capítulo como esse período foi profícuo em críticas historiográficas sobre o conflito bélico. Se o simples samba-enredo de uma escola carioca ou a camisola de Lopéz já

ofereceu espaços para reflexões sobre o passado e o presente, não seria desejável, para ambas as ditaduras militares, terem seus arquivos revirados e a memória das suas Forças Armadas colocadas em cheque pela população. Assim sendo, o ato de “esquecer”, mesmo que circunstancialmente, também pode ter fins políticos no presente. A colaboração entre ambas as ditaduras parecia ser algo bastante desejável nesse momento e, como se sabe, na década de 1970, com a Operação Condor, essa relação continuaria forte.

Considerações finais

O presente trabalho buscou demonstrar o modo como a historiografia da Guerra do Paraguai e a memória da mesma foram usadas através das décadas por projetos políticos distintos – o imperial logo após o termino do conflito, o republicano positivista nos cinquenta anos, as disputas entre direita e esquerda que marcaram o centenário e, por fim, e com menos foco do que o desejado, a conturbada década de 2010, nos cento e cinquenta anos da Guerra. Através do que foi demonstrado nos capítulos, fica evidente que o modo como os momentos latentes da história são lembrados em diferentes locais e temporalidades variam de acordo com a influência dos projetos políticos que estão em disputa, mais uma vez, alinhado às concepções de Burke o qual destaca que “as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e porque, assim como os limites dessa maleabilidade” (BURKE, 2000, p. 73).

Com o primeiro capítulo foi possível evidenciar, antes de mais nada, que o conhecimento e as ciências avançam sem pedir permissão. As transformações ocorridas ao longo do tempo com as historiografias são sintomas de percepções políticas, sociais e culturais que estão em constante transformação e, com isso, o historiador deve se manter capaz de responder novas perguntas – empiricamente – para temas que, em um primeiro momento, parecem esgotados.

No segundo capítulo a verdadeira intenção fora demonstrar o modo como a memória e o esquecimento podem fazer parte de diferentes projetos políticos em diferentes espaços e temporalidades. Essas questões são muito complexas e já apresentaram vasta bibliografia impossível de ser trabalhada em uma monografia de conclusão de curso. Mas a partir do que foi estudado, é possível considerar que as efemérides da Guerra sempre se apresentaram como terreno fecundo para novas perspectivas, discussões, publicações e debates, e, neste capítulo, verificamos que ao longo dos anos as apropriações dos festejos se deram de modo bastante distinto. Em um primeiro momento, contendo hegemonicamente um caráter popular, posteriormente, envolto à debates intelectuais acerca de revisões sobre o tema e, ainda mais tarde, com a leitura de Squinelo e Marin (2015) ficou evidente que setores do governo puderam utilizar os festejos dos 150 anos da Guerra do Paraguai – e da Retirada da

Laguna – não apenas como uma memória “cívica e patriótica, mas também econômica e política” (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 395). Deste modo, me sinto confortável sem citar Antônio Fernando De Araújo Sá (2006) quando afirma:

Daí a história não tem nada a ver com as comemorações, pois ela é um esforço de compreensão. Portanto, os centenários só são úteis na medida em que problematizam as certezas dogmáticas, “caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos”. (SÁ, 2006, p. 73)

Quanto ao terceiro capítulo pode-se verificar sua tentativa – e espero, sucesso – em demonstrar através da imprensa do Rio de Janeiro o silenciamento quanto às comemorações do centenário da Guerra do Paraguai. Este vácuo de comemorações, ao relaciona-lo com a censura do samba enredo do Império Serrano em 1960 e o debate em torno da camisola de Solano Lopez, evidencia uma tentativa do governo em não entrar em conflitos diplomáticos com o Paraguai e, ao mesmo tempo, não encorajar grandes reflexões acerca do tema, já tão polêmico em meios intelectuais, pois estava passando por intensas revisões na década de 1960. O desencorajar da reflexão histórica e sua implicação no presente, não sendo uma prática que possa gerar alguma surpresa devido ao governo ditatorial do período, é um sintoma do receio da perda de credibilidade das Forças-Armadas, tão desejada pelo revisionismo de Pomer e Chiavenatto, assim como de boa parte das esquerdas latino-americanas do período.

Referências

- ANGELI, Douglas Souza. "A volta do filho prodigo": getulismo, trabalhismo e cultura popular nos desfiles das escolas de samba do rio de janeiro em 1951. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 328-355, jun. 2021.
- BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). **Revista Brasileira de História** (Impresso), Anpuh, USP, São Paulo-SP, v. 24, n.n.47, p. 213-240, 2004.
- BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o Integracionismo: do abc de rio branco à operação pan-americana. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **América do Sul e a integração regional**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 19-42.
- BURKE, Peter. **Varietades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Tradução: Alda Porto.
- CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Unb, 2011.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai: 2º visão**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- DORATIOTO, Francisco. A Formação dos Estados Nacionais no Cone Sul. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **América do Sul e a integração regional**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 19-42.
- DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Colloques, 13 jan. 2009.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. 1. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.
- DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução: Jônatas Batista Neto.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FELTRIM, Luciana da Conceição. **As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamento e repressão política no Estado de São Paulo de 1954 a 1960**. 2012. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012

FERREIRA, Jorge. O governo de Goulart e golpe civil-militar de 1964: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 345-404.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr., 2017.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **(1869-1945) História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vol.

GALERANI, Kleber Antonio. Política Externa do governo Juscelino Kubitschek: a Operação Pan-Americana. **Revista InterAção**, v. 1, p. 51-70, 2010.

GOMES, Luiz Souza. **América Latina: seus aspectos, sua história, seus problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

KRAAY, Hendrik. Festa e Política: o fim da guerra do Paraguai na corte imperial. In: VARGAS, Jonas Moreira (org.). **Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 179-206.

GUERRA, Luiz Felipe Anchieta. Neomedievalismo político no Brasil contemporâneo. In: BERTARELLI, Maria Eugênia; BIRRO, Renan Marques; PORTO JÚNIOR, João Batista da Silva. (Org.). **Medievalismos em olhares e construções narrativas**. Ananindeua: Editora Itacai, 2021, p. 47-64.

MAESTRI, Mario. PARAGUAYOS: a polêmica entre republicanos positivistas nacional-patriotas no anos 1920. **Caderno de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 3, n. 6, p. 113-142, ago. 2017

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paragua: Como construímos o conflito**. São Paulo: Contexto; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 1998.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Guerra é nossa**: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática 1945/1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvumentvm, 2009

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, p. 7-28, dez. 1993. Semestral. Tradução: Yara Aun Khory.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)**. 2013. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013

POMER, León. **La guerra del Paraguay**: gran negocio! Buenos Aires: Caldén, 1968.

POMER, León. **Paraguai**: nossa guerra contra esse soldado. 5. ed. São Paulo: Global, 1984.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai**: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. 2009. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Filigranas Da Memória**: história e memória nas comemorações dos centenários de canudos (1993-1997). 2006. 490 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2012.

SOIHET, Rachel. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...** ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai ontem e hoje:** Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003). 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SQUINELO, Ana Paula. Revisões historiográficas: a guerra do paraguai nos livros didáticos brasileiros - pnld 2011. **Diálogos**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 19-39, 1 jul. 2011. Universidade Estadual de Maringá.
<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v15i1.509>.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. 150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da laguna. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 2, p. 383-397, dez. 2015.

TORAL, André. **Adeus, amigo brasileiro:** uma história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Continente em Armas:** uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 123-152.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M.. **História das Relações Internacionais do Paraguai.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.